Parlamento Europeu
2024-2029

Comissão do Desenvolvimento Regional

2024/2121(INI)

28.3.2025

ALTERAÇÕES
1 - 280

Projeto de relatório
Ciaran Mullooly
(PE769.954v01-00)

O papel da política de coesão no apoio a uma transição justa
(2024/2121(INI))

Alteração 1
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Citação 6-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o acordo adotado na 21.ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP21), realizada em Paris, em 12 de dezembro de 2015 (Acordo de Paris),

Or. en

Alteração 2
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Citação 6-B (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o Relatório n.º 1/2024 da AEA – Avaliação europeia dos riscos climáticos (EUCRA),

Or. en

Alteração 3
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Citação 6-C (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a sua Resolução, de 25 de março de 2021, sobre política de coesão e estratégias ambientais regionais

na luta contra as alterações climáticas,

Or. en

Alteração 4
Rody Tolassy

Proposta de resolução
Citação 7

Proposta de resolução	*Alteração*
– Tendo em conta o Regulamento (UE) 2021/1119 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de junho de 2021, que cria o regime para alcançar a neutralidade climática e que altera os Regulamentos (CE) n.º 401/2009 e (UE) 2018/1999 («Lei europeia em matéria de clima»)[5], que inclui um objetivo jurídico para a UE alcançar a neutralidade climática até 2050, estabelecendo a meta intermédia de redução das emissões líquidas de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 55 % até 2030, em comparação com os níveis de 1990,	– Tendo em conta o Regulamento (UE) 2021/1119 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de junho de 2021, que cria o regime para alcançar a neutralidade climática e que altera os Regulamentos (CE) n.º 401/2009 e (UE) 2018/1999 («Lei europeia em matéria de clima»)[5], que inclui um objetivo jurídico para a UE alcançar a neutralidade climática até 2050, estabelecendo a meta intermédia de redução das emissões líquidas de gases com efeito de estufa em, pelo menos, 55 % até 2030, em comparação com os níveis de 1990,
[5] JO L 243 de 9.7.2021, p. 1, ELI: http://data.europa.eu/eli/reg/2021/1119/oj.	[5] JO L 243 de 9.7.2021, p. 1, ELI: http://data.europa.eu/eli/reg/2021/1119/oj.

Or. fr

Alteração 5
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Citação 7-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o Regulamento (UE) 2024/1735 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de junho de 2024, que cria um regime de medidas para o reforço

do ecossistema europeu de fabrico de produtos de tecnologias neutras em carbono e que altera o Regulamento (UE) 2018/1724,

Or. es

Alteração 6
Elena Kountoura

Proposta de resolução
Citação 7-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Comunicação da Comissão, de 14 de julho de 2021, intitulada «Objetivo 55: alcançar a meta climática da UE para 2030 rumo à neutralidade climática» (COM(2021)0550),

Or. en

Alteração 7
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Citação 7-B (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o Regulamento (UE) 2021/241 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de fevereiro de 2021, que cria o Mecanismo de Recuperação e Resiliência,

Or. es

Alteração 8
Elena Kountoura

Proposta de resolução
Citação 7-B (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Comunicação da Comissão, de 4 de março de 2021, intitulada «Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais» (COM(2021)0102),

Or. en

Alteração 9
Elena Kountoura

Proposta de resolução
Citação 8-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Resolução do Parlamento Europeu, de 7 de junho de 2022, sobre as ilhas e a política de coesão: ponto da situação e desafios futuros (2021/2079(INI))[5a],
	[5a] https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=OJ:JOC_2022_493_R_0005

Or. en

Alteração 10
Elena Kountoura

Proposta de resolução
Citação 8-B (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a sua Resolução, de 20 de maio de 2021, sobre o tema «Inverter as tendências demográficas nas regiões da UE utilizando os instrumentos

da política de coesão» (2020/2039(INI),[5b]

[5b] https://www.europarl.europa.eu/doceo/document/TA-9-2021-0248_PT.html

Or. en

Alteração 11
Elena Kountoura

Proposta de resolução
Citação 10-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a sua Resolução, de 23 de novembro de 2023, sobre a criação de emprego: transição justa e investimentos de impacto,

Or. en

Alteração 12
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Citação 13-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Agenda Territorial 2030 — Um futuro para todos os lugares, aprovada na reunião informal dos ministros responsáveis pelo ordenamento do território, pelo desenvolvimento territorial e/ou pela coesão territorial, em 1 de dezembro de 2020,

Or. en

Alteração 13
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Citação 14-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta o Pacto da Indústria Limpa: um roteiro comum para a descarbonização e a competitividade, de 26 de fevereiro de 2025, COM (2025);

Or. en

Alteração 14
Elena Kountoura

Proposta de resolução
Citação 15-A (nova)

Proposta de resolução	*Alteração*
	– Tendo em conta a Comunicação da Comissão, de 5 de março de 2025, intitulada «União das Competências» (COM(2025)0090),

Or. en

Alteração 15
Elena Kountoura

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que o ambicioso objetivo de ***transição para*** uma economia neutra em carbono até 2050 ***pode criar*** oportunidades***, bem como novos desafios para as regiões que são afetadas negativamente por*** esta transição;	A. Considerando que o ambicioso objetivo de ***alcançar*** uma economia neutra em carbono até 2050***, como parte do compromisso mais vasto da UE em matéria de transição ecológica, tem potencial para gerar benefícios***

económicos, ambientais e sociais substanciais, incluindo a criação de novas indústrias, oportunidades ***de emprego e uma melhor qualidade de vida; considerando, ao mesmo tempo, que*** esta transição ***pode igualmente exacerbar as disparidades existentes e criar novas vulnerabilidades, em especial nas regiões estruturalmente desfavorecidas, altamente dependentes de indústrias de utilização intensiva de carbono ou que não dispõem de infraestruturas e de acesso a oportunidades de educação e formação inclusivas e equitativas, essenciais para a adaptação a esta rápida transição***; ***que estes desafios são ainda agravados pela crise demográfica em curso, incluindo o declínio demográfico e o envelhecimento da população, que pode comprometer a capacidade da UE para cumprir os objetivos consagrados nos Tratados, nomeadamente os relativos à coesão económica, social e territorial, à solidariedade entre os Estados-Membros e à promoção da convergência ascendente em todas as regiões;***

Or. en

Alteração 16
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que o ambicioso objetivo de transição para uma economia neutra em carbono até 2050 pode criar oportunidades, bem como novos desafios para as regiões que são afetadas negativamente por esta transição;	A. Considerando que o ambicioso objetivo de transição para uma economia neutra em carbono até 2050***, o mais tardar,*** pode criar oportunidades, bem como novos desafios para as regiões que são afetadas negativamente por esta transição; ***que a poluição do ar e da água, a disponibilidade de risco hídrico, bem como a pobreza energética, continuam,***

	em geral, a ser demasiado elevadas em muitas regiões menos desenvolvidas;

Or. en

Alteração 17
Şerban Dimitrie Sturdza
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que o ambicioso objetivo de transição para uma economia neutra em carbono até 2050 ***pode criar oportunidades, bem como novos*** desafios para ***as*** regiões ***que são afetadas negativamente por esta transição***;	A. Considerando que o ambicioso objetivo de transição para uma economia neutra em carbono até 2050 ***está atualmente a causar dificuldades significativas e sérios*** desafios para ***muitas*** regiões***, embora devesse constituir uma oportunidade e criar novas possibilidades para as mesmas***;

Or. en

Alteração 18
Dan Barna

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que o ambicioso objetivo de transição para uma economia neutra em carbono até 2050 pode criar oportunidades, bem como novos desafios para as regiões que são afetadas negativamente por esta transição;	A. Considerando que o ambicioso objetivo de transição para uma economia neutra em carbono até 2050 pode criar oportunidades, bem como novos desafios para as regiões que são afetadas negativamente por esta transição, ***especialmente as regiões carboníferas***;

Or. en

Alteração 19
André Rougé, Rody Tolassy, Klara Dostalova

Proposta de resolução
Considerando A

Proposta de resolução	*Alteração*
A. Considerando que o ***ambicioso*** objetivo de transição para uma economia neutra em carbono até 2050 ***pode criar oportunidades, bem como novos desafios*** para as regiões que ***são*** afetadas negativamente por esta transição;	A. Considerando que o objetivo de transição para uma economia neutra em carbono até 2050 ***criará dificuldades adicionais e insuperáveis*** para as regiões que ***já estão a ser*** afetadas negativamente por esta transição;

Or. fr

Alteração 20
Daniel Buda

Proposta de resolução
Considerando A-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	A-A. Considerando que é essencial que as regiões afetadas negativamente pela transição para a neutralidade climática recebam o apoio adequado para gerir o impacto dessa transição, assegurando assim que não sofrerão estagnação económica ou perdas significativas de postos de trabalho; que estas regiões devem beneficiar de mecanismos específicos de reconversão e apoio para transformar os desafios em novas oportunidades económicas;

Or. ro

Alteração 21
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução

Considerando A-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	A-A. Considerando que o continente europeu está a aquecer mais rapidamente do que o resto do mundo e que os riscos decorrentes das alterações climáticas são cada vez mais complexos e difíceis de enfrentar;

Or. en

Alteração 22
Elena Kountoura

Proposta de resolução
Considerando B

Proposta de resolução	*Alteração*
B. Considerando que as regiões da UE ***variam consideravelmente em termos de características socioeconómicas*** e que é evidente que não existe uma solução única capaz de responder adequadamente às suas diversas necessidades territoriais e socioeconómicas;	B. Considerando que as regiões da UE ***são marcadas por um elevado grau de diversidade territorial, económica e social, com diferentes níveis de desenvolvimento, infraestruturas, tendências demográficas e condições do mercado de trabalho,*** e que é evidente que não existe uma solução única capaz de responder adequadamente às suas diversas necessidades territoriais e socioeconómicas; ***que os programas da política de coesão devem, por conseguinte, ser executados de forma a colmatar estas disparidades, oferecendo soluções flexíveis, locais/regionais e adaptadas que tenham em conta as necessidades, as características e o potencial específicos de cada região; que tal abordagem é essencial para assegurar que nenhuma região fique para trás nas transições ecológica e digital e para reforçar a coesão económica, social e territorial em toda a UE;***

Or. en

Alteração 23
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
Considerando B

Proposta de resolução	*Alteração*
B. Considerando que as regiões da ***UE*** variam consideravelmente em termos de características socioeconómicas e que é evidente que não existe uma solução única capaz de responder adequadamente às suas diversas necessidades territoriais e socioeconómicas***;***	B. Considerando que as regiões da ***União Europeia*** variam consideravelmente em termos de características socioeconómicas e que é evidente que não existe uma solução única capaz de responder adequadamente às suas diversas necessidades territoriais e socioeconómicas***, é por isso essencial manter os planos territoriais de transição justa, assegurando simultaneamente a participação das autoridades locais e regionais***

Or. en

Alteração 24
Şerban Dimitrie Sturdza
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
Considerando B

Proposta de resolução	*Alteração*
B. Considerando que as regiões da UE variam consideravelmente em termos de características socioeconómicas e que é evidente que não existe uma solução única capaz de responder adequadamente às suas diversas necessidades territoriais e socioeconómicas;	B. Considerando que as regiões da UE variam consideravelmente em termos de características socioeconómicas e que é evidente que não existe uma solução única capaz de responder adequadamente às suas diversas necessidades territoriais e socioeconómicas; ***que as regiões mais fracas são as que mais sofrem com a transição, ao passo que apenas as mais ricas conseguem atualmente beneficiar dela;***

Or. en

Alteração 25
Elena Kountoura

Proposta de resolução
Considerando B-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-A. Considerando que a situação vulnerável das ilhas, regiões insulares e ultraperiféricas necessita de especial atenção e apoio, tendo em conta os graves desafios socioeconómicos que enfrentam na transição para as metas energéticas da UE para 2030 e o objetivo de uma economia com impacto neutro no clima até 2050; que as desvantagens coexistentes das ilhas, decorrentes da insularidade, combinadas com o grave impacto da crise climática, colocam os seus cidadãos numa situação ainda mais desvantajosa, agravando as disparidades sociais e económicas existentes; que a ocorrência crescente de fenómenos meteorológicos extremos e catástrofes naturais, como secas, inundações e incêndios florestais, agrava ainda mais as lacunas de desenvolvimento e dificulta os progressos no desenvolvimento sustentável das regiões insulares da UE;

Or. en

Alteração 26
Daniel Buda

Proposta de resolução
Considerando B-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-A. Considerando que as regiões da UE variam consideravelmente em termos de características socioeconómicas e que é evidente que não existe uma solução única capaz de responder adequadamente às suas diversas necessidades territoriais e

socioeconómicas; que, no atual contexto geopolítico, com incertezas relacionadas com a segurança energética e a estabilidade dos mercados internacionais, determinadas regiões podem ter de regressar às atividades económicas tradicionais, nomeadamente em setores como a exploração mineira ou a exploração dos recursos naturais, pelo menos a curto prazo, a fim de satisfazer as necessidades internas e reduzir a dependência de fontes de energia externas;

Or. ro

Alteração 27
Dan-Ştefan Motreanu

Proposta de resolução
Considerando B-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-A. Considerando que a eficácia das estratégias de transição justa depende de uma utilização coerente e estratégica dos instrumentos financeiros da UE; que a fragmentação dos fundos no atual período de programação tem um impacto negativo em algumas regiões;

Or. en

Alteração 28
Şerban Dimitrie Sturdza
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
Considerando B-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-A. Considerando que o principal objetivo da política de coesão era (e

continua a ser) a convergência económica, mas que a transição ecológica ameaça inverter e destruir estas aspirações, aumentando a distância económica entre as regiões;

Or. en

Alteração 29
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando B-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-A. Considerando que os riscos climáticos afetam desproporcionadamente as populações vulneráveis devido a fatores socioeconómicos que dificultam ainda mais a capacidade de recuperação dos grupos vulneráveis em caso de catástrofes;

Or. en

Alteração 30
Elena Kountoura

Proposta de resolução
Considerando B-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-B. Considerando que a desconexão física e o isolamento das ilhas em relação ao continente constituem uma desvantagem estrutural permanente que afeta múltiplos aspetos da vida económica e social, incluindo o acesso ao mercado de trabalho, à educação, aos cuidados de saúde, à mobilidade e aos serviços públicos; que o território limitado das ilhas restringe significativamente as

oportunidades de melhoria de competências e requalificação profissionais, limitando assim a capacidade de adaptação dos trabalhadores às mudanças estruturais ou setoriais, como as impulsionadas pelas transições ecológica e digital; que, em muitos casos, esta falta de alternativas obriga os trabalhadores a abandonar as suas regiões de origem para aceder a oportunidades de emprego noutros locais, comprometendo efetivamente o seu «direito de permanência» e contribuindo para o despovoamento e a fuga de cérebros em territórios insulares;

Or. en

Alteração 31
Şerban Dimitrie Sturdza
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
Considerando B-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-B. Considerando que, atualmente, o problema mais urgente é a industrialização das regiões mais pobres, e não a sua desindustrialização através da transição ecológica;

Or. en

Alteração 32
Şerban Dimitrie Sturdza
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
Considerando B-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-C. Considerando que as regiões mais

pobres e vulneráveis se situam na parte oriental da UE;

Or. en

Alteração 33
Şerban Dimitrie Sturdza
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
Considerando B-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	B-D. Considerando que a guerra na Ucrânia tem um impacto negativo adicional nestas regiões;

Or. en

Alteração 34
André Rougé, Rody Tolassy, Klara Dostalova

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C Considerando que muitas das indústrias mais afetadas pela descarbonização tinham condições de trabalho desfavoráveis e uma dependência de trabalhadores sazonais que procuravam justiça social antes da transição;	***Suprimido***

Or. fr

Alteração 35
Şerban Dimitrie Sturdza
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução

Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C Considerando que muitas das indústrias mais afetadas pela descarbonização tinham condições de trabalho desfavoráveis e uma dependência de trabalhadores sazonais que procuravam justiça social antes da transição;	C Considerando que muitas das indústrias mais afetadas pela descarbonização tinham condições de trabalho desfavoráveis e uma dependência de trabalhadores sazonais que procuravam justiça social antes da transição; ***que esses trabalhadores não são capazes de fazer a reconversão profissional séria que a transição ecológica lhes exige;***

Or. en

Alteração 36
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
Considerando C

Proposta de resolução	*Alteração*
C Considerando que ***muitas*** das indústrias mais afetadas pela descarbonização ***tinham*** condições de trabalho desfavoráveis e uma dependência de trabalhadores sazonais ***que procuravam justiça social antes da transição***;	C Considerando que ***algumas*** das indústrias mais afetadas pela descarbonização ***enfrentam*** condições de trabalho desfavoráveis e uma dependência de trabalhadores sazonais;

Or. en

Alteração 37
Elena Kountoura

Proposta de resolução
Considerando C-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	C-A. Considerando que uma transição justa deve dar prioridade à inclusão social e aproveitar o seu potencial significativo para gerar emprego de qualidade em

todos os níveis de competências; que deve combater ativamente a discriminação no local de trabalho, garantir condições de trabalho dignas e de qualidade e reforçar as normas laborais em todos os setores; que as políticas de transição justa devem dar especial ênfase às necessidades das comunidades mais afetadas e das populações mais vulneráveis; que deve ser sistematicamente integrada uma abordagem intersetorial em toda a legislação e nas políticas da UE e dos Estados-Membros, a fim de assegurar a plena inclusão dos trabalhadores jovens e mais velhos, das mulheres, das pessoas com deficiência e dos trabalhadores de regiões e meios socioeconómicos desfavorecidos;

Or. en

Alteração 38
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Considerando C-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	C-A. Considerando que a energia nuclear está incluída na taxonomia ecológica e, por conseguinte, contribui para o processo de transição para uma economia descarbonizada; que um maior investimento nesta energia contribuiria para alcançar os objetivos da UE em matéria de autonomia estratégica e de redução das emissões de carbono; que, além disso, esta fonte de energia seria um substituto eficaz em termos de desempenho energético, criação de emprego e crescimento económico nas regiões em transição;

Or. es

Alteração 39
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando C-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	C-A. que a transição para a sustentabilidade ecológica deve ser acompanhada de justiça económica e social;

Or. en

Alteração 40
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
Considerando C-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	C-B. Considerando que, na UE, as emissões médias de CO_2 provenientes da produção de eletricidade em 2023 variaram significativamente entre os países com parque nuclear e os países sem parque nuclear, sendo as emissões dos países com parque nuclear significativamente inferiores;

Or. es

Alteração 41
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando C-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	C-B. Considerando que a fuga de

cérebros afeta de forma desproporcionada as regiões menos desenvolvidas e que, se não for solucionado, o fenómeno terá efeitos permanentes e a longo prazo no futuro da União Europeia;

Or. en

Alteração 42
Elena Nevado del Campo, Susana Solís Pérez

Proposta de resolução
Considerando C-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	C-C. Considerando que o processo de transição energética deve ser acompanhado da competitividade económica e que é essencial garantir a segurança energética desses territórios;

Or. es

Alteração 43
Elena Nevado del Campo, Susana Solís Pérez

Proposta de resolução
Considerando C-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	C-D. Considerando que a União Europeia, ao contrário dos seus principais concorrentes, é líder mundial na redução das emissões, enfrentando simultaneamente numerosos desafios devido ao complexo contexto geopolítico e económico que se vive a nível mundial;

Or. es

Alteração 44

Elena Nevado del Campo, Susana Solís Pérez

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que o Fundo para uma Transição Justa (FTJ) da UE deve ser um instrumento fundamental para garantir que as pessoas que vivem em territórios afetados pela transição para a neutralidade climática não sejam deixadas para trás; que, até à data, apresentou taxas de absorção inferiores a 5 %;	D. Considerando que o Fundo para uma Transição Justa (FTJ) da UE deve ser um instrumento fundamental para garantir que as pessoas que vivem em territórios afetados pela transição para a neutralidade climática não sejam deixadas para trás; que, até à data, apresentou taxas de absorção inferiores a 5 %; ***observa, no entanto, que muitos municípios afetados carecem de infraestruturas básicas e serviços essenciais, o que prejudica a sua capacidade de atrair investimentos produtivos que assegurem uma recuperação económica sustentável;***

Or. es

Alteração 45
Dan Barna

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que o Fundo para uma Transição Justa (FTJ) da UE deve ser ***um instrumento fundamental para garantir que as pessoas que vivem*** em territórios afetados pela transição para a neutralidade climática ***não sejam deixadas para trás***; que, até à data, apresentou taxas de absorção inferiores a 5 %;	D. Considerando que o Fundo para uma Transição Justa (FTJ) da UE deve ser ***um instrumento complementar importante,*** em territórios ***dependentes de combustíveis fósseis*** afetados pela transição para a neutralidade climática***, destinado a contribuir para o objetivo específico único de permitir que as regiões e as pessoas enfrentem os impactos sociais, laborais, económicos e ambientais da transição***; que, até à data, apresentou taxas de absorção inferiores a 5 %***, com uma taxa de pré-financiamento superior a 31 %***;

Or. en

Alteração 46
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que o Fundo para uma Transição Justa (FTJ) da UE deve ser um instrumento fundamental para garantir que as pessoas que vivem em territórios afetados pela transição para a neutralidade climática não sejam deixadas para trás; que, até à data, apresentou taxas de absorção inferiores a 5 %;	D. Considerando que o Fundo para uma Transição Justa (FTJ) da UE deve ser um instrumento fundamental para garantir que as pessoas que vivem em territórios afetados pela transição para a neutralidade climática não sejam deixadas para trás; que, até à data, apresentou taxas de absorção inferiores a 5 %; ***Considerando que a transição ecológica e digital exige redes de segurança e mecanismos de proteção eficazes para apoiar os trabalhadores cujos empregos são afetados;***

Or. en

Alteração 47
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que o Fundo para uma Transição Justa (FTJ) da UE deve ser um instrumento fundamental para garantir que as pessoas que vivem em territórios afetados pela transição para a neutralidade climática não sejam deixadas para trás; ***que, até à data, apresentou taxas de absorção inferiores a 5 %;***	D. Considerando que o Fundo para uma Transição Justa (FTJ) da UE deve ser um instrumento fundamental para garantir que as pessoas que vivem em territórios afetados pela transição para a neutralidade climática não sejam deixadas para trás;

Or. en

Alteração 48
Jan Farský

Proposta de resolução
Considerando D

Proposta de resolução	*Alteração*
D. Considerando que o Fundo para uma Transição Justa (FTJ) da UE deve ser um instrumento fundamental para garantir que as pessoas que vivem em territórios afetados pela transição para a neutralidade climática não sejam deixadas para trás; que, até à data, apresentou taxas de absorção inferiores a 5 %;	D. Considerando que o Fundo para uma Transição Justa (FTJ) da UE ***é e*** deve ***continuar a*** ser um instrumento fundamental para garantir que as pessoas que vivem em territórios afetados pela transição para a neutralidade climática não sejam deixadas para trás; que, até à data, apresentou taxas de absorção inferiores a 5 %;

Or. en

Alteração 49
Elena Kountoura

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que, se não forem tratadas de forma adequada, as antigas regiões de turfa e de exploração mineira correm o risco de se tornarem economicamente mais inativas;	E. Considerando que, se não forem tratadas de forma adequada, as antigas regiões de turfa e de exploração mineira correm o risco de se tornarem economicamente mais inativas ***e de caírem ainda mais na estagnação económica***; ***que essas zonas sofrem frequentemente de despovoamento persistente, acesso limitado ao investimento, infraestruturas inadequadas, conectividade insuficiente e um fosso crescente em termos de produtividade e oportunidades de emprego em comparação com regiões mais dinâmicas; que, sem um apoio abrangente e estratégias de desenvolvimento sustentável adaptadas aos seus desafios geográficos e***

	socioeconómicos únicos, essas regiões estão em risco de declínio a longo prazo, agravando ainda mais as disparidades territoriais e enfraquecendo a coesão económica e social global em toda a UE;

Or. en

Alteração 50
Rody Tolassy

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que, se não forem tratadas de forma adequada, as antigas regiões de turfa e de exploração mineira correm o risco de se tornarem economicamente mais inativas;	E. Considerando que, se não forem tratadas de forma adequada, as antigas regiões de turfa e de exploração mineira correm o risco de se tornarem economicamente mais inativas***, e que as regiões ultraperiféricas, confrontadas com desafios específicos em termos de aprovisionamento energético, devem beneficiar de medidas adequadas para reduzir a sua dependência dos combustíveis fósseis, em particular do petróleo, a fim de cumprir os objetivos climáticos da UE***;

Or. fr

Alteração 51
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que, se não forem tratadas de forma adequada, as ***antigas*** regiões ***de turfa e de exploração mineira correm o risco de se tornarem economicamente mais inativas***;	E. Considerando que, se não forem tratadas de forma adequada, as regiões ***anteriormente dependentes da turfa, da exploração mineira e das refinarias para a produção de energia estão em risco de***

	declínio económico, contribuindo para a redução da sua competitividade;

Or. en

Alteração 52
Şerban Dimitrie Sturdza
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que, se não forem tratadas de forma adequada, as antigas regiões de turfa e de exploração mineira correm o risco de se tornarem economicamente mais inativas;	E. Considerando que, se não forem tratadas de forma adequada, as antigas regiões de turfa e de exploração mineira***, bem como as antigas regiões metalúrgicas e outras regiões com indústria pesada,*** correm o risco de se tornarem economicamente mais inativas;

Or. en

Alteração 53
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que, se não forem tratadas de forma adequada, as antigas regiões de turfa e de exploração mineira correm o risco de se tornarem economicamente mais inativas;	E. Considerando que, se não forem tratadas de forma adequada ***e do ponto de vista financeiro***, as antigas regiões de turfa e de exploração mineira correm o risco de se tornarem economicamente mais inativas;

Or. en

Alteração 54

André Rougé, Rody Tolassy, Klara Dostalova

Proposta de resolução
Considerando E

Proposta de resolução	*Alteração*
E. Considerando que, se não forem tratadas de forma adequada, as antigas regiões de turfa e de exploração mineira correm o risco de ***se tornarem economicamente mais inativas***;	E. Considerando que, se não forem tratadas de forma adequada, as antigas regiões de turfa e de exploração mineira correm o risco de ***ver a sua atividade económica totalmente paralisada***;

Or. fr

Alteração 55
Elena Nevado del Campo, Borja Giménez Larraz

Proposta de resolução
Considerando E-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	E-A. Considerando que o caráter territorial do FTJ é limitado e que, em conformidade com o princípio da subsidiariedade, deve estar disponível uma abordagem no terreno, na fase de programação dos recursos financeiros pós-2027, que tenha em conta o maior conhecimento das administrações locais e regionais das zonas objeto de intervenção, incentivando, se for caso disso, a conceção de estratégias da base para o topo que tenham em conta o papel das entidades mais representativas dos territórios visados pela programação;

Or. es

Alteração 56
Dan-Ştefan Motreanu

Proposta de resolução
Considerando E-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	E-A. Considerando que as mudanças demográficas, incluindo o despovoamento rural e o envelhecimento da população, estão a intensificar a vulnerabilidade de certas regiões da UE à inatividade económica e devem ser abordadas através de mecanismos específicos no futuro QFP;

Or. en

Alteração 57
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando E-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	E-A. Considerando que subsistem disparidades no ritmo da transição digital e da conectividade em toda a Europa, especialmente nas zonas rurais e remotas;

Or. en

Alteração 58
Elena Kountoura

Proposta de resolução
Considerando F

Proposta de resolução	*Alteração*
F. Considerando que o processo de candidatura ao FTJ deve ser simplificado e mais flexível, por forma a maximizar ***a sua utilização***;	F. Considerando que o processo de candidatura ao FTJ deve ser simplificado e mais flexível, por forma a ***assegurar uma acessibilidade mais ampla e permitir uma mobilização mais rápida e eficaz dos recursos; considerando que a simplificação dos procedimentos é***

	essencial para maximizar ***o impacto do FTJ, em especial para as regiões e autoridades locais de menor dimensão e com capacidade administrativa limitada, bem como para garantir que o apoio chega atempadamente às comunidades e aos trabalhadores mais afetados pela transição ecológica***;

Or. en

Alteração 59
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
Considerando F

Proposta de resolução	*Alteração*
F. Considerando que o processo de candidatura ao FTJ deve ser simplificado e mais flexível, por forma a maximizar a sua utilização;	F. Considerando que o processo de candidatura ao FTJ deve ser simplificado***, racionalizado*** e ***tornado*** mais flexível, por forma a maximizar a sua utilização;

Or. en

Alteração 60
Elena Kountoura

Proposta de resolução
Considerando F-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	F-A. Considerando que a integridade ambiental do FTJ deve ser reforçada através da aplicação de condicionalidades ambientais reforçadas, incluindo a aplicação sistemática do princípio de «não prejudicar significativamente» e a aplicação de orientações e salvaguardas ambientais abrangentes e transparentes; que a aplicação rigorosa do princípio do poluidor-pagador é essencial para

assegurar que os custos associados à restauração e proteção da natureza e à reconversão dos locais afetados por atividades prejudiciais para o ambiente sejam totalmente suportados pelas empresas e entidades responsáveis, em particular as que beneficiaram financeiramente dessas atividades;

Or. en

Alteração 61
Elena Nevado del Campo, Susana Solís Pérez

Proposta de resolução
Considerando F-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	F-A. Considerando que alguns Estados-Membros, como a Espanha, encerraram progressivamente as suas indústrias com utilização intensiva de carbono durante mais de uma década, resultando num processo de despovoamento acentuado em muitas zonas rurais, em alguns casos superior a 50 %, mesmo antes da implantação do Fundo para uma Transição Justa;

Or. es

Alteração 62
Dan-Ştefan Motreanu

Proposta de resolução
Considerando F-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	F-A. Considerando que uma abordagem territorial e de base local é fundamental para garantir que os instrumentos de financiamento respondam eficazmente às necessidades locais, especialmente no

apoio à transformação industrial e ao reforço da competitividade nas regiões em risco de ficarem para trás;

Or. en

Alteração 63
Elena Kountoura

Proposta de resolução
Considerando F-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	F-B. Considerando que os transportes são fundamentais para alcançar a neutralidade climática até 2050; que é necessário mais investimento para acelerar a transição para uma mobilidade sustentável e inteligente, em consonância com o Pacto Ecológico, de forma inclusiva e socialmente justa; que a mobilidade individual deve continuar a ser acessível e comportável para todos, especialmente para os cidadãos das zonas rurais, remotas e insulares, sem ou com pouco acesso a transportes públicos de qualidade ou outras soluções de mobilidade; que determinadas regiões, comunidades e setores, em particular as antigas regiões de turfa e de exploração mineira, as regiões ultraperiféricas e as ilhas, enfrentam desafios de mobilidade únicos e significativos para realizar esta transição; que essas zonas enfrentam frequentemente dificuldades agravadas devido ao seu isolamento geográfico, ao acesso limitado a infraestruturas de transporte modernas e à dependência excessiva de modos de transporte tradicionais e com utilização intensiva de carbono, o que dificulta a sua capacidade de adotar alternativas mais sustentáveis; que a política de coesão deve desempenhar um papel central na resolução destas disparidades e no apoio a uma transição justa e eficaz para a

mobilidade em todas as regiões;

Or. en

Alteração 64
Elena Kountoura

Proposta de resolução
Considerando F-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	F-C. Considerando que infraestruturas resilientes, seguras e sustentáveis são fundamentais para responder aos desafios das alterações climáticas, garantir a sustentabilidade ambiental e social a longo prazo e promover o crescimento económico inclusivo; que as infraestruturas em todos os setores devem ser reforçadas para resistir aos impactos crescentes dos acontecimentos relacionados com o clima, contribuindo simultaneamente para os objetivos de neutralidade carbónica; que a modernização e a diversificação dos sistemas de infraestruturas podem melhorar a acessibilidade, promover a inovação e apoiar a transição para uma economia verde; que as regiões, especialmente as geograficamente isoladas ou economicamente desfavorecidas, são desproporcionadamente afetadas por lacunas em matéria de infraestruturas e pela falta de acesso a serviços modernos; que os investimentos específicos em infraestruturas resilientes criarão oportunidades de emprego, melhorarão a equidade social e promoverão comunidades mais fortes, assegurando que todas as zonas beneficiem de infraestruturas sustentáveis, fiáveis e acessíveis; que a política de coesão deve desempenhar um papel estratégico na colmatação das lacunas em matéria de infraestruturas, na promoção da coesão

territorial e na garantia de que nenhuma região fica para trás na transição ecológica;

Or. en

Alteração 65
Elena Kountoura

Proposta de resolução
Considerando F-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	F-D. Considerando que o turismo é um setor fundamental da economia da UE, contribuindo direta e indiretamente para mais de 10 % do PIB da UE e desempenha um papel vital no reforço da competitividade, do bem-estar social e da criação de emprego sustentável, em particular nas regiões fortemente dependentes do turismo; que o turismo tem potencial para contribuir significativamente para a coesão territorial, em particular nas regiões remotas, rurais, costeiras, ultraperiféricas e insulares, e pode apoiar a diversificação económica e a transição justa em zonas que enfrentam desafios estruturais, o declínio demográfico ou a dependência de indústrias com utilização intensiva de carbono; que a indústria do turismo da UE, composta em grande medida por 2,3 milhões de PME, emprega cerca de 12,3 milhões de pessoas e representa uma importante atividade económica com fortes efeitos multiplicadores em vários setores; que a política de coesão deve apoiar estratégias de turismo sustentável como parte da transição justa, fomentando a resiliência, a inovação e a transformação ecológica e digital no setor do turismo, promovendo simultaneamente o crescimento inclusivo e preservando o património cultural e natural;

Or. en

Alteração 66
Elena Nevado del Campo, Susana Solís Pérez

Proposta de resolução
Sub-rubrica 1

Proposta de resolução	*Alteração*
Visar as regiões afetadas pela perda de postos de trabalho	Visar as regiões afetadas pela perda de postos de trabalho***, revisão dos prazos e redes elétricas***

Or. es

Alteração 67
Jan Farský

Proposta de resolução
Subtítulo 4-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	Realça a importância da continuação do FTJ no quadro financeiro plurianual pós-2027, a fim de evitar a perda de postos de trabalho e ajudar as regiões do FTJ na sua transição para uma economia neutra em carbono;

Or. en

Alteração 68
Isabelle Le Callennec

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. Insta a Comissão a facilitar a criação de zonas económicas especiais do FTJ ***em áreas afetadas pelo encerramento***	1. Insta a Comissão a facilitar a criação de zonas económicas especiais do FTJ***, em parceria com os***

de estabelecimentos, dando inicialmente acesso prioritário ao financiamento a locais situados num raio de 50 km da área onde se perderam postos de trabalho e a outras áreas em que o impacto dessas perdas justifique o acesso ao FTJ;	***Estados-Membros e as regiões***;

Or. fr

Alteração 69
Nora Mebarek, Sérgio Gonçalves, Adrian-Dragoş Benea

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. Insta a Comissão a facilitar a criação de zonas económicas especiais do FTJ em áreas afetadas pelo encerramento de estabelecimentos, ***dando inicialmente*** acesso ***prioritário*** ao financiamento ***a locais situados num raio de 50 km da área onde se perderam postos de trabalho e a outras áreas em que o impacto dessas perdas justifique o acesso ao FTJ***;	1. Insta a Comissão a facilitar a criação de zonas económicas especiais do FTJ em áreas afetadas pelo encerramento de estabelecimentos, ***tendo em conta não só critérios geográficos, mas também critérios sociais, como as taxas de desemprego locais, a precariedade socioeconómica e os riscos acrescidos de exclusão social; salienta que o*** acesso ao financiamento ***deve basear-se numa análise exaustiva dos impactos sociais e económicos reais e não numa mera lógica de proximidade geográfica***;

Or. en

Alteração 70
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. Insta a Comissão a facilitar a criação de zonas económicas especiais do FTJ em áreas afetadas pelo encerramento de estabelecimentos, dando inicialmente	1. Insta a Comissão***, mediante proposta do Estado-Membro,*** a facilitar a criação de zonas económicas especiais do FTJ em áreas afetadas pelo encerramento

acesso prioritário ao financiamento a locais situados num raio de 50 km da área onde se perderam postos de trabalho ***e*** a outras áreas ***em que o*** impacto dessas perdas ***justifique*** o acesso ao FTJ;	de estabelecimentos, dando inicialmente acesso prioritário ao financiamento a locais ***diretamente afetados*** situados num raio de 50 km da área onde se perderam postos de trabalho***, bem como*** a outras áreas***, desde que seja devidamente justificado que*** o impacto ***direto ou indireto*** dessas perdas ***justifica*** o acesso ao FTJ;

Or. en

Alteração 71
Ciaran Mullooly, Ľubica Karvašová, Raquel García Hermida-Van Der Walle

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. Insta a Comissão a facilitar a criação de zonas económicas especiais do FTJ em áreas afetadas pelo encerramento de estabelecimentos, dando inicialmente acesso prioritário ao financiamento a locais situados num raio de 50 km da área onde se perderam postos de trabalho e a outras áreas em que o impacto dessas perdas justifique o acesso ao FTJ;	1. Insta a Comissão a facilitar a criação de zonas económicas especiais do FTJ em áreas afetadas pelo encerramento de estabelecimentos, dando inicialmente acesso prioritário ao financiamento a locais situados num raio de 50 km da área onde se perderam postos de trabalho e a outras áreas em que o impacto dessas perdas justifique o acesso ao FTJ***, assegurando que a recuperação económica é liderada pela comunidade e sustentável***;

Or. en

Alteração 72
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. Insta a Comissão a facilitar a criação de zonas económicas especiais do FTJ em áreas afetadas pelo encerramento de estabelecimentos, dando inicialmente	1. Insta a Comissão a facilitar a criação de zonas económicas especiais do FTJ em áreas afetadas pelo encerramento de estabelecimentos, dando inicialmente

acesso prioritário ao financiamento a locais situados num raio de 50 km da área onde se perderam postos de trabalho e a outras áreas em que o impacto dessas perdas justifique o acesso ao FTJ;	acesso prioritário ao financiamento a locais situados num raio de 50 km da área onde se perderam postos de trabalho e a outras áreas em que o impacto dessas perdas justifique o acesso ao FTJ***, tendo em conta as contribuições das autoridades locais***;

Or. es

Alteração 73
Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 1

Proposta de resolução	*Alteração*
1. Insta a Comissão a facilitar a criação de zonas económicas especiais do FTJ em áreas afetadas pelo encerramento de estabelecimentos, dando inicialmente acesso prioritário ao financiamento a locais situados num raio de ***50*** km da área onde se perderam postos de trabalho e a outras áreas em que o impacto dessas perdas justifique o acesso ao FTJ;	1. Insta a Comissão a facilitar a criação de zonas económicas especiais do FTJ em áreas afetadas pelo encerramento de estabelecimentos, dando inicialmente acesso prioritário ao financiamento a locais situados num raio de ***80*** km da área onde se perderam postos de trabalho e a outras áreas em que o impacto dessas perdas justifique o acesso ao FTJ;

Or. en

Alteração 74
Elena Nevado del Campo, Susana Solís Pérez

Proposta de resolução
N.º 1-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	1-A. Salienta a necessidade de uma delimitação mais precisa do âmbito territorial dos fundos, como as unidades administrativas locais, conforme indicado no Regulamento (CE) n.º 1059/2003, que tenham uma baixa densidade populacional, em conformidade com os critérios estabelecidos nas Orientações

relativas aos auxílios estatais com finalidade regional (2021/C 153/01), a fim de assegurar que os investimentos cheguem efetivamente aos municípios diretamente afetados pelo encerramento de instalações com utilização intensiva de carbono e não se concentrem apenas nos grandes centros urbanos da zona NUTS 3; propõe a introdução de incentivos fiscais eficazes para as empresas localizadas nestes municípios, na aceção do artigo 107.º, n.º 3, alíneas a) e c), do TFUE;

Or. es

Alteração 75
Matthias Ecke, Nora Mebarek, Sérgio Gonçalves

Proposta de resolução
N.º 1-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	1-A. Salienta que os Fundos Europeus Estruturais e de Investimento devem tornar-se um verdadeiro instrumento de transformação que garanta uma transição socialmente justa; solicita que o Fundo para uma Transição Justa (FTJ) seja mantido na futura estrutura de financiamento e alargado às regiões particularmente afetadas pela transição para uma economia com impacto neutro no clima devido ao caráter setorial da sua economia;

Or. en

Alteração 76
Daniel Buda

Proposta de resolução
N.º 1-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	1-A. Considera necessário adotar medidas para acelerar a taxa de absorção dos fundos do Fundo para uma Transição Justa (FTJ), nomeadamente através da simplificação dos procedimentos administrativos e da criação de mecanismos de apoio e aconselhamento para os órgãos de poder local, a fim de garantir a máxima absorção destes fundos essenciais;

Or. ro

Alteração 77
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 1-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	1-A. A eventual criação de zonas económicas especiais do FTJ deve basear-se em critérios objetivos, tendo em conta os impactos económicos, sociais e laborais nessas zonas resultantes do processo de transição;

Or. en

Alteração 78
Şerban Dimitrie Sturdza
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 1-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	1-A. Sublinha que a política de coesão atual e futura deve centrar-se fortemente nas regiões mais fracas e que a atenuação dos efeitos negativos da transição

ecológica deve ser uma das suas prioridades;

Or. en

Alteração 79
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
N.º 1-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	1-B. Salienta que, embora a utilização do nível NUTS 3 represente um aumento em relação ao nível NUTS 2 em termos de orientação territorial, em muitos casos ainda é insuficiente para assegurar que os recursos cheguem aos municípios mais diretamente afetados pela transição energética; apela à exploração da viabilidade de mecanismos de aplicação ou de definição de prioridades a nível municipal, especialmente em territórios rurais ou despovoados onde as instalações poluentes tenham sido efetivamente encerradas;

Or. es

Alteração 80
Şerban Dimitrie Sturdza
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 1-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	1-B. Salienta que a política de coesão é a resposta certa às disparidades económicas e que este papel é particularmente importante agora, tendo em conta a ameaça de desindustrialização; sublinha

veementemente que a transição ecológica não deve prejudicar a coesão;

Or. en

Alteração 81
Nora Mebarek, Sérgio Gonçalves, Adrian-Dragoş Benea

Proposta de resolução
N.º 2

Proposta de resolução	*Alteração*
2. Solicita a introdução de regulamentação especial nestas zonas, designadamente taxas de imposto mais baixas para as empresas e os investimentos, bem como decisões de planeamento mais céleres; reafirma que tais medidas podem criar emprego e dar oportunidades às pessoas que vivem nessas regiões;	***Suprimido***

Or. en

Alteração 82
Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 2

Proposta de resolução	*Alteração*
2. Solicita a introdução de regulamentação especial nestas zonas, designadamente taxas de imposto mais baixas para as empresas e os investimentos, bem como decisões de planeamento mais céleres; reafirma que tais medidas podem criar emprego e dar oportunidades às pessoas que vivem nessas regiões;	2. Solicita a introdução de regulamentação especial***, instrumentos financeiros e incentivos*** nestas zonas, designadamente taxas de imposto mais baixas ***temporárias e específicas*** para as empresas e os investimentos, ***com base em fortes condicionalidades sociais,*** bem como decisões de planeamento mais céleres; reafirma que tais medidas podem criar emprego***, apoiar as PME*** e dar oportunidades às pessoas, bem como às empresas tradicionais e familiares, que

vivem nessas regiões***, incluindo as microempresas e as empresas tradicionais locais e familiares***;

Or. en

Alteração 83
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 2

Proposta de resolução	*Alteração*
2. Solicita a introdução de regulamentação especial nestas zonas, designadamente taxas de imposto mais baixas para as empresas e os investimentos, bem como decisões de planeamento mais céleres; reafirma que tais medidas podem criar emprego e dar oportunidades às pessoas que vivem nessas regiões;	2. Solicita a introdução de regulamentação especial nestas zonas, designadamente taxas de imposto mais baixas***, desde que não ponham em causa o princípio da estabilidade do mercado único,*** para as empresas e os investimentos, bem como decisões de planeamento mais céleres; reafirma que tais medidas podem criar emprego e dar oportunidades às pessoas que vivem nessas regiões***, reforçando o desenvolvimento e a competitividade regional***;

Or. en

Alteração 84
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 2

Proposta de resolução	*Alteração*
2. Solicita a introdução de regulamentação especial nestas zonas, designadamente taxas de imposto mais baixas para as empresas e os investimentos, bem como decisões de planeamento mais céleres; reafirma que tais medidas podem criar ***emprego*** e dar oportunidades às	2. Solicita a introdução de regulamentação especial nestas zonas, designadamente taxas de imposto mais baixas ***temporárias e específicas*** para as empresas e os investimentos***, com base em fortes condicionalidades sociais***, bem como decisões de planeamento mais

pessoas que vivem nessas regiões;	céleres; reafirma que tais medidas podem criar ***novos empregos verdes*** e dar oportunidades às pessoas que vivem nessas regiões;

Or. en

Alteração 85
Dan Barna

Proposta de resolução
N.º 2

Proposta de resolução	*Alteração*
2. Solicita a introdução de regulamentação especial nestas zonas, ***designadamente taxas de imposto mais baixas*** para as empresas e os investimentos, bem como decisões de planeamento mais céleres; reafirma que tais medidas ***podem*** criar emprego e dar oportunidades às pessoas que vivem nessas regiões;	2. Solicita a introdução de ***medidas e*** regulamentação especial nestas zonas, ***tais como incentivos*** para as empresas e os investimentos, bem como decisões de planeamento mais céleres; reafirma que tais medidas ***poderão*** criar emprego e dar oportunidades ***aos operadores económicos e*** às pessoas que vivem nessas regiões;

Or. en

Alteração 86
Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 2-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	2-A. Apela à inclusão das regiões insulares como zonas elegíveis para a aplicação de taxas de imposto reduzidas no quadro das zonas económicas insulares do FTJ, com vista a fazer face ao custo de vida desproporcionadamente elevado nesses territórios, que é ainda agravado pelos impactos da transição ecológica e energética; destaca que tais medidas fiscais são essenciais para

reforçar a viabilidade económica das comunidades insulares, apoiar as empresas locais e atrair investimentos sustentáveis; salienta que os incentivos fiscais específicos podem servir de instrumento eficaz para contrariar a tendência persistente de despovoamento das ilhas, fomentar a criação de emprego e promover economias locais resilientes e autossustentáveis, assegurando simultaneamente uma transição justa e inclusiva para a neutralidade climática;

Or. en

Alteração 87
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
N.º 2-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	2-A. Insta a Comissão e os Estados-Membros a aplicarem uma discriminação positiva real e efetiva nos critérios de seleção dos projetos elegíveis para financiamento pelo FTJ, aumentando a pontuação das iniciativas empresariais localizadas diretamente nos municípios afetados pelo encerramento de setores com utilização intensiva de carbono, assegurando assim que este incentivo se traduza em resultados concretos;

Or. es

Alteração 88
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
N.º 2-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	2-B. Solicita que seja dada especial atenção à necessidade de promover ligações elétricas para projetos em zonas económicas especiais que contribuam para a reconversão e a reindustrialização destas regiões;

Or. es

Alteração 89
Nora Mebarek, Sérgio Gonçalves, Adrian-Dragoş Benea

Proposta de resolução
N.º 3

Proposta de resolução	*Alteração*
3. Destaca que as zonas económicas especiais ***se revelaram*** benéficas para estimular o investimento e o crescimento das regiões, como é o caso das zonas económicas especiais criadas no aeroporto de Shannon, no condado de Clare, na Irlanda, em 1959, e em Katowice, na região da Silésia, na Polónia, em 1996;	3. Destaca que as zonas económicas especiais ***podem ser*** benéficas para estimular o investimento e o crescimento das regiões, como é o caso das zonas económicas especiais criadas no aeroporto de Shannon, no condado de Clare, na Irlanda, em 1959, e em Katowice, na região da Silésia, na Polónia, em 1996; ***insiste, no entanto, em que estes mecanismos devem ser regidos por regras europeias rigorosas, a fim de assegurar que os benefícios económicos cheguem efetivamente às populações locais, evitem qualquer forma de dumping social ou fiscal e estejam sujeitos a critérios rigorosos de sustentabilidade social, económica e ambiental;***

Or. en

Alteração 90
Elena Nevado del Campo, Susana Solís Pérez

Proposta de resolução
N.º 3-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-A. Solicita uma avaliação da pertinência de prorrogar os prazos de execução para além do final do período de programação, a fim de permitir que estas regiões alcancem os objetivos de transição estabelecidos; salienta que a transição das regiões elegíveis para o FTJ ainda não está concluída e que estas continuarão a precisas de apoio específico para enfrentar os diferentes desafios associados à transição energética no futuro;

Or. es

Alteração 91
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 3-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-A. Salienta que as zonas em declínio demográfico requerem uma atenção especial na conceção e execução de projetos que tenham em conta as sinergias entre o FTJ e o FEDER, em particular no que diz respeito às infraestruturas para promover a mobilidade dos trabalhadores; solicita, além disso, que se alarguem os territórios elegíveis do FTJ e se ponderem sinergias com o Fundo Social em matéria de Clima, a fim de incluir as famílias em situação ou em risco de pobreza energética;

Or. en

Alteração 92
Nora Mebarek, Marcos Ros Sempere, Jonás Fernández

Proposta de resolução
N.º 3-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-A. Insta a Comissão a centrar-se especificamente nos municípios abaixo do nível administrativo NUTS 3, que são mais diretamente afetados pelos desafios sociais, territoriais e económicos associados às transições;

Or. en

Alteração 93
Elena Nevado del Campo, Susana Solís Pérez

Proposta de resolução
N.º 3-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-B. Salienta a necessidade de expandir as redes de distribuição de eletricidade como elemento necessário para uma transição energética eficaz nos territórios em causa; salienta, em particular, que o aumento da capacidade de acolhimento na rede e o reforço dos sistemas de armazenamento de energia são essenciais para facilitar um maior investimento em energias renováveis;

Or. es

Alteração 94
Nora Mebarek, Marcos Ros Sempere, Jonás Fernández

Proposta de resolução
N.º 3-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-B. Apela a uma avaliação adequada dos desafios que surgem nos territórios

	onde a diminuição da população é uma realidade;

Or. en

Alteração 95
Elena Nevado del Campo, Susana Solís Pérez

Proposta de resolução
N.º 3-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	3-C. Insta a Comissão e os Estados-Membros a utilizarem os fundos disponíveis do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (MRR) para apoiar o processo de transição nos territórios afetados;

Or. es

Alteração 96
Ciaran Mullooly, Ľubica Karvašová, Raquel García Hermida-Van Der Walle

Proposta de resolução
N.º 4

Proposta de resolução	*Alteração*
4. Reitera que muitas das regiões do FTJ têm uma história de que se podem orgulhar em matéria de formação e aprendizagem, e que a sua continuação deve ser prioritária;	4. Reitera que muitas das regiões do FTJ têm uma história de que se podem orgulhar em matéria de formação e aprendizagem, e que a sua continuação deve ser prioritária; ***solicita a criação de fluxos de financiamento específicos no âmbito do FTJ para apoiar as mulheres, os jovens e as comunidades marginalizadas no acesso a oportunidades de formação e aprendizagem;***

Or. en

Alteração 97
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 4

Proposta de resolução	*Alteração*
4. Reitera que muitas das regiões ***do FTJ*** têm uma história de que se podem orgulhar em matéria de formação e aprendizagem***, e que a sua continuação deve ser prioritária***;	4. Reitera que muitas das regiões ***abrangidas pelo FTJ*** têm uma história de que se podem orgulhar em matéria ***de circunstâncias*** de formação e aprendizagem ***que são essenciais para a requalificação dos trabalhadores em resposta às novas exigências do mercado de trabalho***;

Or. en

Alteração 98
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 4

Proposta de resolução	*Alteração*
4. Reitera que muitas das regiões do FTJ têm uma história de que se podem orgulhar em matéria de formação e aprendizagem, e que a sua continuação deve ser prioritária;	4. Reitera que muitas das regiões do FTJ têm uma história ***significativa*** de que se podem orgulhar em matéria de formação e aprendizagem, e que a sua continuação deve ser prioritária;

Or. en

Alteração 99
Ciaran Mullooly, Ľubica Karvašová, Raquel García Hermida-Van Der Walle

Proposta de resolução
N.º 4-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	4-A. Salienta a importância de

assegurar que o FTJ promova a inclusão das pessoas com deficiência, apoiando a criação de novas formas de emprego sustentável adaptadas às suas necessidades; destaca a necessidade de assegurar que os projetos financiados ao abrigo do FTJ sejam concebidos para serem inclusivos e acessíveis, promovendo a igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência;

Or. en

Alteração 100
Şerban Dimitrie Sturdza
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 4-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	4-A. Considera que a formação profissional é uma resposta necessária à transformação económica das regiões; observa que a formação profissional tem capacidades limitadas e que a sua procura indica a existência de uma situação de crise causada pela transição ecológica;

Or. en

Alteração 101
Nora Mebarek, Sérgio Gonçalves, Rosa Serrano Sierra, Adrian-Dragoş Benea

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Sublinha, a este respeito, a necessidade de dar prioridade ao investimento em todos os níveis de educação e formação nas zonas afetadas; salienta a necessidade de financiamento	5. Sublinha, a este respeito, a necessidade de dar prioridade ao investimento em todos os níveis de educação e formação nas zonas afetadas***, nomeadamente através da integração das***

para a educação;	***competências digitais, da literacia e da numeracia básica, bem como das competências CTEM, nos programas de formação, em conformidade com as recentes comunicações da Comissão sobre a União das Competências, o Plano de Ação para as Competências Básicas e o quadro estratégico para o ensino CTEM; reitera a importância de um financiamento específico para reforçar as competências digitais e técnicas básicas, a fim de aumentar a empregabilidade e a competitividade***; salienta a necessidade de financiamento para a educação;

Or. en

Alteração 102
Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Sublinha, a este respeito, a necessidade de dar prioridade ao investimento em todos os níveis de educação e formação nas zonas afetadas; salienta a necessidade de financiamento para a educação;	5. Sublinha, a este respeito, a necessidade de dar prioridade ao investimento em todos os níveis de educação e formação nas zonas afetadas; salienta a necessidade de financiamento para a educação; ***observa que a formação e a reconversão profissional dos trabalhadores, a melhoria de competências, a requalificação e a educação ao longo da vida devem garantir que ninguém, independentemente do seu setor de atividade, tipo de contrato, género ou localização geográfica, seja esquecido na via da transição ecológica e digital da UE;***

Or. en

Alteração 103
Dan Barna

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Sublinha, a este respeito, a necessidade de dar prioridade ao investimento em todos os níveis de educação e formação nas zonas afetadas; salienta a necessidade de financiamento para a educação;	5. Sublinha, a este respeito, a necessidade de dar prioridade ao investimento em todos os níveis de educação e formação nas zonas afetadas; salienta a necessidade de financiamento para a educação ***das crianças e dos estudantes provenientes das zonas afetadas, incluindo o apoio financeiro ao ensino superior até ao nível universitário***;

Or. en

Alteração 104
Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Sublinha, a este respeito, a necessidade de dar prioridade ao investimento em todos os níveis de educação e formação nas zonas afetadas; salienta a necessidade de financiamento para a educação;	5. Sublinha, a este respeito, a necessidade de dar prioridade ao investimento em todos os níveis de educação e formação***, na melhoria de competências e na requalificação dos trabalhadores para empregos alternativos, incluindo a assistência na procura de emprego,*** nas zonas afetadas; salienta a necessidade de financiamento para a educação;

Or. en

Alteração 105
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Sublinha, a este respeito, a necessidade de dar prioridade ao investimento em todos os níveis de educação e formação nas zonas afetadas; salienta a necessidade de financiamento para a educação;	5. Sublinha, a este respeito, a necessidade de dar prioridade ao investimento em todos os níveis de educação e formação nas zonas afetadas***, incluindo as competências ecológicas e digitais***; salienta a necessidade de financiamento para a educação;

Or. en

Alteração 106
Elena Nevado del Campo, Susana Solís Pérez

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Sublinha, a este respeito, a necessidade de dar prioridade ao investimento em todos os níveis de educação e formação nas zonas afetadas; salienta a necessidade de financiamento ***para a*** educação;	5. Sublinha, a este respeito, a necessidade de dar prioridade ao investimento em todos os níveis de educação e formação nas zonas afetadas; salienta a necessidade de financiamento ***de ações no domínio da*** educação;

Or. es

Alteração 107
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Sublinha, a este respeito, a necessidade de dar prioridade ao investimento em todos os níveis de educação e formação nas zonas afetadas; salienta a necessidade de financiamento para a educação;	5. Sublinha, a este respeito, a necessidade de dar prioridade ao investimento em todos os níveis de educação e formação nas zonas afetadas; salienta a necessidade de financiamento ***adequado da UE*** para a educação;

Or. en

Alteração 108
Isabelle Le Callennec

Proposta de resolução
N.º 5

Proposta de resolução	*Alteração*
5. Sublinha, a este respeito, a necessidade de dar prioridade ao investimento em todos os níveis de educação e formação nas zonas afetadas; salienta a ***necessidade*** de financiamento para a educação;	5. Sublinha, a este respeito, a necessidade de dar prioridade ao investimento em todos os níveis de educação e formação nas zonas afetadas; salienta a ***possibilidade*** de financiamento para a educação;

Or. fr

Alteração 109
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 5-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	5-A. Salienta o papel crucial que os investimentos em serviços públicos de elevada qualidade têm no reforço da resiliência social e no combate às crises económicas e sociais; considera, além disso, que o financiamento deve ser mais orientado para o investimento nas pessoas, uma vez que as economias das regiões da UE podem ser dinamizadas através de uma combinação eficaz de investimentos em inovação, capital humano, boa governação e capacidade institucional;

Or. en

Alteração 110
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
N.º 6

Proposta de resolução	*Alteração*
6. Solicita que, pelo menos, 50 % dos fundos para a educação nas regiões afetadas sejam utilizados para aprendizagem, reconhecendo os investimentos já realizados neste âmbito;	6. Solicita que, pelo menos, 50 % dos fundos para a educação nas regiões afetadas sejam utilizados para aprendizagem, reconhecendo os investimentos já realizados neste âmbito***, dando também prioridade à formação para a assistência aos idosos, bem como à promoção do espírito empresarial local através de programas de apoio à criação de microempresas, cooperativas e economia social adaptada às características do território***;

Or. es

Alteração 111
Valentina Palmisano, Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 6

Proposta de resolução	*Alteração*
6. Solicita que, pelo menos, 50 % dos fundos para a educação nas regiões afetadas sejam ***utilizados para aprendizagem***, reconhecendo os investimentos já realizados neste âmbito;	6. Solicita que, pelo menos, 50 % dos fundos para a educação nas regiões afetadas sejam ***atribuídos a programas de aprendizagem de elevada qualidade, assegurando que estes programas ofereçam uma remuneração adequada, condições de trabalho dignas e formação de qualidade, em conformidade com os princípios da Diretiva (UE) 2022/2041 relativa a salários mínimos adequados***, reconhecendo os investimentos já realizados neste âmbito;

Or. en

Alteração 112
Dan Barna

Proposta de resolução
N.º 6

Proposta de resolução	*Alteração*
6. Solicita que, pelo menos, 50 % dos fundos para a educação nas regiões afetadas sejam utilizados para aprendizagem, reconhecendo os investimentos já realizados neste âmbito;	6. Solicita que, pelo menos, 50 % dos fundos para a educação nas regiões afetadas sejam utilizados para aprendizagem, ***requalificação e melhoria de competências,*** reconhecendo os investimentos já realizados neste âmbito; ***observa que o programa deve incentivar a aprendizagem ao longo da vida para todos os trabalhadores da região;***

Or. en

Alteração 113
Ciaran Mullooly, Ľubica Karvašová, Raquel García Hermida-Van Der Walle

Proposta de resolução
N.º 6

Proposta de resolução	*Alteração*
6. Solicita que, pelo menos, 50 % dos fundos para a educação nas regiões afetadas sejam utilizados para aprendizagem, reconhecendo os investimentos já realizados neste âmbito;	6. Solicita que, pelo menos, 50 % dos fundos para a educação nas regiões afetadas sejam utilizados para aprendizagem ***e formação profissional que corresponda às necessidades da comunidade local***, reconhecendo ***simultaneamente*** os investimentos já realizados neste âmbito;

Or. en

Alteração 114
Isabelle Le Callennec

Proposta de resolução
N.º 6

Proposta de resolução	*Alteração*
6. Solicita que***, pelo menos, 50 %*** dos fundos para a educação nas regiões afetadas ***sejam utilizados*** para aprendizagem, reconhecendo os investimentos já realizados neste âmbito;	6. Solicita que ***uma parte significativa*** dos fundos para a educação nas regiões afetadas ***seja utilizada*** para aprendizagem, reconhecendo os investimentos já realizados neste âmbito;

Or. fr

Alteração 115
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 6

Proposta de resolução	*Alteração*
6. Solicita que***, pelo menos, 50 % dos fundos*** para a educação ***nas regiões afetadas sejam utilizados para*** aprendizagem***, reconhecendo os investimentos já realizados neste âmbito***;	6. Solicita que ***os Estados-Membros incluam uma abordagem orientada*** para a educação ***e a*** aprendizagem ***nos planos territoriais de transição justa***;

Or. en

Alteração 116
André Rougé, Rody Tolassy, Klara Dostalova

Proposta de resolução
N.º 6-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	6-A. Insta a Comissão a introduzir um mecanismo específico no Fundo para uma Transição Justa, a fim de assegurar uma adaptação dos critérios de elegibilidade e das taxas de cofinanciamento para as regiões ultraperiféricas (RUP) e os países e territórios ultramarinos (PTU), respondendo assim melhor aos desafios específicos relacionados com a sua insularidade, afastamento e

	vulnerabilidade económica;

Or. fr

Alteração 117
Isabelle Le Callennec

Proposta de resolução
N.º 7

Proposta de resolução	*Alteração*
7. Preconiza que o financiamento do Fundo Social Europeu Mais (FSE+) seja mais centrado a nível regional e que se criem mais sinergias entre o FSE+ e o FTJ, em particular no que diz respeito à educação e à formação;	***Suprimido***

Or. fr

Alteração 118
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 7

Proposta de resolução	*Alteração*
7. Preconiza que ***o financiamento*** do Fundo Social Europeu Mais (FSE+) seja mais centrado a nível regional e que se criem mais sinergias entre o FSE+ e o FTJ, em particular no que diz respeito à educação e à formação;	7. Preconiza que ***a gestão*** do Fundo Social Europeu Mais (FSE+) seja ***orientada por uma abordagem multinível, envolvendo o financiamento das autoridades nacionais, regionais e locais*** mais centrado a nível regional e que se criem mais sinergias entre o FSE+ e o FTJ, em particular no que diz respeito à educação e à formação;

Or. en

Alteração 119
Gordan Bosanac

em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 7

Proposta de resolução	*Alteração*
7. Preconiza que o financiamento do Fundo Social Europeu Mais (FSE+) seja mais centrado a nível regional e que se criem mais sinergias entre o FSE+ e o FTJ, em particular no que diz respeito à educação ***e*** à formação;	7. Preconiza que o financiamento do Fundo Social Europeu Mais (FSE+) seja mais centrado a nível regional e que se criem mais ***e melhores*** sinergias entre o FSE+ e o FTJ, em particular no que diz respeito à educação***,*** à formação ***e à mobilidade dos trabalhadores de zonas em declínio demográfico***;

Or. en

Alteração 120
Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
N.º 7-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	7-A. Reconhece o papel central da indústria automóvel na União Europeia, nomeadamente no emprego em várias regiões; considera essencial a inclusão do setor automóvel no âmbito da transição justa, tendo em conta os desafios colocados pela concorrência mundial na transição para a eletromobilidade e o impacto das barreiras comerciais injustificadas; salienta a necessidade de políticas específicas que deem prioridade à requalificação dos trabalhadores e de iniciativas destinadas a diversificar o modelo económico das regiões com uma indústria automóvel significativa;

Or. en

Alteração 121

Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 7-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	7-A. Constata que os problemas de liquidez dissuadem potenciais beneficiários, como os municípios, de se candidatarem a projetos financiados pela política de coesão e, como tal, solicita um aumento significativo e adaptado do pré-financiamento em tais casos;

Or. en

Alteração 122
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 7-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	7-B. Observa que a transição ecológica tem uma forte dimensão de género, uma vez que as mulheres tendem a estar sub-representadas nos empregos verdes e os homens tendem a ser mais afetados pelo desaparecimento de empregos com maior intensidade de carbono; sublinha, por conseguinte, a necessidade de uma perspetiva de género aquando da conceção e execução de todas as políticas de transição, a fim de evitar o agravamento das disparidades nos mercados de trabalho locais; recorda a importância, para uma transição ecológica socialmente justa, da economia e do setor da prestação de cuidados (como o acolhimento de crianças na primeira infância ou a prestação de cuidados prolongados), uma mão de obra dominada por mulheres em que a criação

de emprego é indispensável para redistribuir o trabalho de prestação de cuidados não remunerado - uma condição prévia destinada a garantir que as mulheres têm as mesmas oportunidades de trabalho que os homens na transição -, bem como à luz das novas ameaças para a saúde relacionadas com as alterações climáticas e a poluição;

Or. en

Alteração 123
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 7-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	7-C. Considera que o quadro de governação é fundamental para a execução da transição justa e que todos os cidadãos e partes interessadas em causa devem ser envolvidos no processo de transformação e na tomada de decisões sobre o futuro conjunto; a este respeito, é necessário aplicar uma abordagem participativa e um diálogo contínuo em todas as fases, nomeadamente para a preparação de uma estratégia de desenvolvimento a longo prazo, a criação de um sistema de acompanhamento e avaliação e uma abordagem transetorial;

Or. en

Alteração 124
Nora Mebarek, Sérgio Gonçalves, Rosa Serrano Sierra, Adrian-Dragoş Benea

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. Exorta a Comissão a trabalhar com os Estados-Membros para garantir que os trabalhadores que perderam os seus empregos ***beneficiem de um estatuto especial*** para ***participar*** em programas de emprego e formação apoiados pelo FSE+ na sua localidade;	8. Exorta a Comissão a trabalhar com os Estados-Membros***, as autoridades locais e regionais, os sindicatos e as empresas locais*** para garantir que ***é dedicada atenção especial aos*** trabalhadores que perderam os seus empregos para ***que participem*** em programas de emprego e formação apoiados pelo FSE+ na sua localidade;

Or. en

Alteração 125
Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. Exorta a Comissão a trabalhar com os Estados-Membros para garantir que os trabalhadores que perderam os seus empregos beneficiem de um estatuto especial para participar em programas de emprego e formação apoiados pelo FSE+ na sua localidade;	8. Exorta a Comissão a trabalhar com os Estados-Membros para garantir que os trabalhadores que perderam os seus empregos beneficiem de um estatuto especial para participar em programas de emprego e formação apoiados pelo FSE+ ***ou outros programas de financiamento da UE*** na sua localidade;

Or. en

Alteração 126
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 8

Proposta de resolução	*Alteração*
8. Exorta a Comissão a trabalhar com os Estados-Membros para garantir que os trabalhadores que perderam os seus empregos ***beneficiem de um estatuto***	8. Exorta a Comissão a trabalhar com os Estados-Membros para garantir que os trabalhadores que perderam os seus empregos ***neste contexto tenham acesso***

especial para participar em programas de emprego e formação apoiados pelo FSE+ ***na sua localidade***;	***prioritário*** para participar em programas de emprego e formação apoiados pelo FSE+ ***nas suas comunidades***;

Or. en

Alteração 127
Nora Mebarek, Sérgio Gonçalves, Rosa Serrano Sierra, Adrian-Dragoş Benea

Proposta de resolução
N.º 8-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	8-A. Salienta a necessidade de estabelecer, através do FTJ, programas ambiciosos e específicos de formação profissional e requalificação também para os candidatos a emprego e os trabalhadores diretamente afetados pelas transições económicas impulsionadas pela descarbonização, particularmente em setores prioritários como as energias renováveis, a economia circular, a construção e mobilidade sustentáveis, a fim de evitar o aparecimento de desemprego estrutural de longa duração e atenuar as tensões sociais; insiste na necessidade de atribuir financiamento específico a estas ações nos planos territoriais de transição justa

Or. en

Alteração 128
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Realça a necessidade de desenvolver programas de aprendizagem	9. Realça a necessidade de desenvolver programas de aprendizagem

para as zonas afetadas, em colaboração com empresas locais, a fim de proporcionar aos estudantes experiência nas suas comunidades e dar-lhes o «direito de permanência»;	para as zonas afetadas, em colaboração com empresas locais, a fim de proporcionar aos estudantes experiência nas suas comunidades e dar-lhes o «direito de permanência»; ***solicita à Comissão que emita orientações específicas sobre a forma de assegurar a aplicação e o cumprimento deste princípio em todas as políticas da UE; apela a uma integração mais forte desse princípio enquanto princípio transversal a todas as políticas da UE, de modo que estas apoiem os objetivos de coesão social, económica e territorial, tal como previsto nos artigos 3.º e 174.º do TFUE;***
	Or. en

Alteração 129
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Realça a necessidade de desenvolver programas de aprendizagem para ***as*** zonas afetadas***, em*** colaboração ***com*** empresas ***locais, a fim de proporcionar aos estudantes experiência nas*** suas comunidades ***e dar-lhes o*** «direito de permanência»;	9. Realça a necessidade de desenvolver programas de aprendizagem ***e formação*** para zonas afetadas ***pelo processo de transição, promovendo a*** colaboração ***entre as*** empresas ***e a comunidade local; sublinha que, sempre que o setor privado não seja suficiente a este respeito, o setor público deve também assumir um papel ativo, assegurando que os formandos tenham oportunidades nas*** suas comunidades ***e salvaguardando o seu*** «direito de permanência»;
	Or. en

Alteração 130
Dan Barna

Proposta de resolução

N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Realça a necessidade de desenvolver programas de aprendizagem para as zonas afetadas, em colaboração com empresas locais, a fim de proporcionar aos estudantes experiência nas suas comunidades e dar-lhes ***o «direito de permanência»***;	9. Realça a necessidade de desenvolver programas de aprendizagem ***e diversas iniciativas de aprendizagem flexível a todos os níveis*** para as zonas afetadas, em colaboração com empresas locais, a fim de proporcionar aos estudantes ***e trabalhadores desempregados*** experiência nas suas comunidades ***e novas áreas profissionais,*** e dar-lhes ***a possibilidade de permanecerem e construírem vidas bem-sucedidas na sua cidade de origem***;

Or. en

Alteração 131
Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Realça a necessidade de desenvolver programas de aprendizagem para as zonas afetadas, em colaboração com empresas locais, a fim de ***proporcionar aos*** estudantes ***experiência*** nas suas comunidades e dar-lhes o «direito de permanência»;	9. Realça a necessidade de desenvolver programas de aprendizagem para as zonas afetadas, em colaboração com empresas locais***, instituições de ensino superior (IES), centros universitários de formação e aprendizagem ao longo da vida e a administração pública***, a fim de ***construir o futuro profissional dos*** estudantes nas suas comunidades e dar-lhes o «direito de permanência»;

Or. en

Alteração 132
Valentina Palmisano, Elena Kountoura

Proposta de resolução

N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Realça a necessidade de desenvolver programas de aprendizagem para as zonas afetadas, em colaboração com empresas locais, a fim de ***proporcionar aos estudantes experiência*** nas suas comunidades e dar-lhes o «direito de permanência»;	9. Realça a necessidade de desenvolver programas de aprendizagem para as zonas afetadas, em colaboração com empresas locais ***e administrações públicas***, a fim de ***construir o futuro profissional dos estudantes*** nas suas comunidades***, oferecer-lhes experiências significativas*** e dar-lhes o «direito de permanência»;

Or. en

Alteração 133
Şerban Dimitrie Sturdza
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*
9. Realça a necessidade de desenvolver programas de aprendizagem para as zonas afetadas, em colaboração com empresas locais, a fim de proporcionar aos estudantes experiência nas suas comunidades e dar-lhes o «direito de permanência»;	9. Realça a necessidade de desenvolver programas de aprendizagem para as zonas afetadas, em colaboração com empresas locais, a fim de proporcionar aos estudantes experiência nas suas comunidades e dar-lhes o «direito de permanência»***, que do ponto de vista da política de coesão é uma prioridade absoluta***;

Or. en

Alteração 134
Nora Mebarek, Sérgio Gonçalves, Rosa Serrano Sierra, Adrian-Dragoş Benea

Proposta de resolução
N.º 9

Proposta de resolução	*Alteração*

9. Realça a necessidade de desenvolver programas de aprendizagem para as zonas afetadas, em colaboração com empresas locais, a fim de proporcionar aos estudantes experiência nas suas comunidades e dar-lhes o «direito de permanência»;	9. Realça a necessidade de desenvolver programas de aprendizagem para as zonas afetadas, em colaboração com empresas locais***, sindicatos e autoridades locais e regionais***, a fim de proporcionar aos estudantes experiência nas suas comunidades e dar-lhes o «direito de permanência»;
	Or. en

Alteração 135
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 9-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-A. Sublinha que programas eficazes de reconversão profissional e melhoria de competências exigem um planeamento e uma preparação adequados com bastante antecedência em relação a qualquer eliminação progressiva ou mudança industrial significativa; reconhece que para alcançar este objetivo é necessário garantir que os trabalhadores tenham direito a formação remunerada durante o horário de trabalho, abordando os principais obstáculos que impedem os trabalhadores de participar em ações de formação, nomeadamente os custos, os compromissos familiares e os condicionalismos de programação; apela, por conseguinte, ao reforço das medidas legislativas da UE para facilitar a antecipação e o planeamento proativos das necessidades de competências e garantir estes direitos a todos os trabalhadores afetados;
	Or. en

Alteração 136
Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 9-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-A. Sublinha que programas eficazes de reconversão profissional e melhoria de competências exigem um planeamento e uma preparação adequados com bastante antecedência em relação a qualquer eliminação progressiva ou mudança industrial significativa; reconhece que para alcançar este objetivo é necessário garantir que os trabalhadores tenham direito a formação remunerada durante o horário de trabalho, abordando os principais obstáculos que impedem os trabalhadores de participar em ações de formação, nomeadamente os custos, os compromissos familiares e os condicionalismos de programação; apela, por conseguinte, ao reforço das medidas legislativas da UE para facilitar a antecipação e o planeamento proativos das necessidades de competências e garantir estes direitos a todos os trabalhadores afetados;

Or. en

Alteração 137
Nora Mebarek, Sérgio Gonçalves, Rosa Serrano Sierra, Adrian-Dragoş Benea

Proposta de resolução
N.º 9-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-A. Insta a Comissão a propor uma diretiva relativa a uma transição justa no mundo do trabalho, a fim de assegurar um quadro justo para estas transições, tirando partido dos instrumentos da política de coesão para financiar a

	formação gratuita durante o horário de trabalho, o reconhecimento das competências adquiridas e um maior apoio aos trabalhadores afetados; apela igualmente a uma maior coordenação entre o Fundo para uma Transição Justa, o Fundo Social Europeu Mais e o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, a fim de maximizar o seu impacto na reafetação e requalificação dos trabalhadores afetados por reestruturações industriais;

Or. en

Alteração 138
Daniel Buda

Proposta de resolução
N.º 9-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-A. Propõe a criação de um mecanismo regional de acompanhamento e avaliação do impacto dos programas de aprendizagem, com a participação de todas as partes interessadas – órgãos de poder local, empregadores, estabelecimentos de ensino e jovens. Tal permitiria adaptar rapidamente as estratégias de formação às exigências do mercado de trabalho e às reações diretas dos participantes, assegurando assim a sustentabilidade e a eficiência dos programas de aprendizagem a longo prazo;

Or. ro

Alteração 139
Şerban Dimitrie Sturdza
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução

N.º 9-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-A. Salienta que a transição ecológica destruiu, em muitos casos, tradições económicas e laços sociais e económicos em muitas áreas, causando não só uma crise económica, mas também uma crise social, que se manifestou, entre outros, em problemas mentais dos trabalhadores.

Or. en

Alteração 140
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 9-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	9-B. Realça a importância de respeitar o princípio da parceria e o código de conduta europeu sobre a parceria em toda a programação, execução e acompanhamento da política de coesão da UE e de estabelecer um quadro de cooperação estreita entre as autoridades locais e regionais, as ONG e as partes interessadas, incluindo as ONG ambientais; salienta que este processo deve também ter em conta a perspetiva de género;

Or. en

Alteração 141
André Rougé, Rody Tolassy, Klara Dostalova

Proposta de resolução
N.º 10

Proposta de resolução	*Alteração*
10. Considera que a transição justa ignorou as situações singulares dos trabalhadores a tempo inteiro, dos trabalhadores a tempo parcial e dos estudantes afetados; sugere que a oferta de trabalho sazonal compensatório foi pouco ou nada considerada;	10. Considera que a transição justa ignorou as situações singulares dos trabalhadores a tempo inteiro, dos trabalhadores a tempo parcial e dos estudantes afetados; sugere que a oferta de trabalho sazonal compensatório foi pouco ou nada considerada ***e salienta a necessidade de um maior apoio às zonas remotas, como as RUP e os PTU, onde as oportunidades de reconversão profissional são mais limitadas devido às características específicas do mercado de trabalho local***;

Or. fr

Alteração 142
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 10

Proposta de resolução	*Alteração*
10. Considera que a transição justa ***ignorou as situações singulares dos trabalhadores a tempo inteiro, dos trabalhadores a tempo parcial*** e ***dos estudantes afetados***; ***sugere que a oferta de trabalho*** sazonal ***compensatório foi pouco ou nada considerada***;	10. Considera que a transição justa ***não teve suficientemente em conta as especificidades dos diferentes perfis dos trabalhadores*** e ***das comunidades afetadas***; ***lamenta igualmente que não tenham sido criadas alternativas de trabalho*** sazonal***, quer como fonte de rendimento adicional para os trabalhadores, quer como oportunidade de rendimento para os estudantes***;

Or. en

Alteração 143
Dan Barna

Proposta de resolução
N.º 10

Proposta de resolução	*Alteração*
10. Considera que a transição justa ***ignorou as*** situações singulares dos trabalhadores a tempo inteiro, dos trabalhadores a tempo parcial e dos estudantes afetados; sugere que a oferta de trabalho sazonal compensatório foi pouco ou nada considerada;	10. Considera que a transição justa ***não deu prioridade às*** situações singulares dos trabalhadores a tempo inteiro, dos trabalhadores a tempo parcial e dos estudantes afetados; sugere que a oferta de trabalho sazonal compensatório foi pouco ou nada considerada;

Or. en

Alteração 144
Nora Mebarek, Sérgio Gonçalves, Adrian-Dragoş Benea

Proposta de resolução
N.º 10

Proposta de resolução	*Alteração*
10. ***Considera*** que a transição justa ignorou as situações singulares dos trabalhadores a tempo inteiro, dos trabalhadores a tempo parcial e dos estudantes afetados; ***sugere*** que a oferta de trabalho sazonal compensatório foi pouco ou nada considerada;	10. ***Observa*** que a transição justa ignorou as situações singulares dos trabalhadores a tempo inteiro, dos trabalhadores a tempo parcial e dos estudantes afetados; ***salienta*** que a oferta de trabalho sazonal compensatório foi pouco ou nada considerada;

Or. en

Alteração 145
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 10-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	10-A. Alerta para o facto de algumas das indústrias que encerraram ou estão em vias de encerrar oferecerem condições de trabalho acima da média económica, incluindo salários mais elevados, subsídios de risco e seguros de saúde para os trabalhadores e as suas famílias;

	Salienta, por conseguinte, a necessidade de financiamento temporário no âmbito do quadro do FTJ para compensar a diferença entre as prestações de desemprego e o novo salário, permitindo uma transição mais harmoniosa e assegurando o cumprimento de todas as obrigações contratuais anteriormente assumidas;

Or. en

Alteração 146
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 11

Proposta de resolução	*Alteração*
11. Salienta a necessidade de ***financiar*** conselhos de ensino superior e de formação, a fim de ***requalificar os*** trabalhadores ***e as*** suas famílias***, em particular as pessoas com mais de 50 anos que perderam o emprego***; ***propõe que o FTJ ofereça igualmente oportunidades de reconversão profissional aos parceiros e cônjuges dos trabalhadores afetados;***	11. Salienta a necessidade de ***complementar o financiamento dos*** conselhos de ensino superior e de formação, a fim de ***assegurar a requalificação dos*** trabalhadores ***que ponderam mudar o seu perfil profissional, bem como o das*** suas famílias;

Or. en

Alteração 147
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 11

Proposta de resolução	*Alteração*
11. Salienta a necessidade de financiar conselhos de ensino superior e de formação, a fim de requalificar os trabalhadores e as suas famílias, em	11. Salienta a necessidade de financiar conselhos de ensino superior e de formação, a fim de requalificar os trabalhadores e as suas famílias, em

particular as pessoas com mais de 50 anos que perderam o emprego; propõe que o FTJ ofereça igualmente oportunidades de reconversão profissional aos parceiros e cônjuges dos trabalhadores afetados;	particular as pessoas com mais de 50 anos que perderam o emprego***, especialmente as mulheres***; propõe que o FTJ ofereça igualmente oportunidades de reconversão profissional aos parceiros e cônjuges dos trabalhadores afetados;

Or. en

Alteração 148
Dan Barna

Proposta de resolução
N.º 11

Proposta de resolução	*Alteração*
11. Salienta a necessidade de financiar conselhos de ensino superior e de formação, a fim de requalificar os trabalhadores e as suas famílias, em particular as pessoas com mais de 50 anos que perderam o emprego; propõe que o FTJ ofereça igualmente oportunidades de reconversão profissional aos parceiros e cônjuges dos trabalhadores afetados;	11. Salienta a necessidade de financiar conselhos de ensino superior e de formação, a fim de requalificar os trabalhadores e as suas famílias, em particular as pessoas com mais de 50 anos que perderam o emprego; propõe que o FTJ ofereça igualmente oportunidades de reconversão profissional ***e educação*** aos parceiros e cônjuges dos trabalhadores afetados;

Or. en

Alteração 149
Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 11

Proposta de resolução	*Alteração*
11. Salienta a necessidade de financiar conselhos de ensino superior e de formação, a fim de requalificar os trabalhadores e as suas famílias, em particular as pessoas com mais de 50 anos que perderam o emprego; propõe que o FTJ ofereça igualmente oportunidades de	11. Salienta a necessidade de financiar conselhos de ensino superior e de formação, a fim de requalificar os trabalhadores e as suas famílias, em particular as pessoas com mais de 50 anos que perderam o emprego; propõe que o FTJ ofereça igualmente oportunidades de

reconversão profissional aos ***parceiros e cônjuges*** dos trabalhadores afetados;	reconversão profissional aos ***familiares*** dos trabalhadores afetados;

Or. en

Alteração 150
Nora Mebarek, Sérgio Gonçalves, Rosa Serrano Sierra, Adrian-Dragoş Benea

Proposta de resolução
N.º 11

Proposta de resolução	*Alteração*
11. Salienta a necessidade de financiar conselhos de ensino superior e de formação, a fim de requalificar os trabalhadores e as suas famílias, em particular as pessoas com mais de 50 anos que perderam o emprego; ***propõe*** que o FTJ ***ofereça*** igualmente oportunidades de ***reconversão profissional*** aos ***parceiros e cônjuges dos trabalhadores afetados***;	11. Salienta a necessidade de financiar conselhos de ensino superior e de formação, a fim de requalificar os trabalhadores e as suas famílias, em particular as pessoas com mais de 50 anos que perderam o emprego; ***sugere*** que o FTJ ***continue*** igualmente ***a oferecer*** oportunidades de ***requalificação*** aos ***candidatos a emprego***;

Or. en

Alteração 151
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 11-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	11-A. Chama a atenção para o desemprego em geral, designadamente entre os jovens, em muitas regiões, zonas rurais e Estados-Membros, e salienta, por isso, a necessidade de acesso à habitação a preços acessíveis, aos transportes e à educação, bem como de incluir as gerações mais jovens, em especial das famílias com baixos rendimentos;

Or. en

Alteração 152
Nora Mebarek, Sérgio Gonçalves, Adrian-Dragoş Benea

Proposta de resolução
N.º 12

Proposta de resolução	*Alteração*
12. Frisa que os Estados-Membros devem dar prioridade ao acesso a terrenos e edifícios estatais para novos projetos do FTJ que promovam o emprego e que este processo deve ser supervisionado;	12. Frisa que os Estados-Membros devem dar prioridade ao acesso a terrenos e edifícios estatais para novos projetos do FTJ que promovam o emprego***, em particular nos setores das energias renováveis, da renovação energética ou da reindustrialização ecológica,*** e que este processo deve ser supervisionado;

Or. en

Alteração 153
Ciaran Mullooly, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
N.º 12

Proposta de resolução	*Alteração*
12. Frisa que os Estados-Membros devem dar prioridade ao acesso a terrenos ***e*** edifícios estatais para novos projetos do FTJ que promovam o emprego e que este processo deve ser supervisionado;	12. Frisa que os Estados-Membros devem dar prioridade ao acesso a terrenos***,*** edifícios estatais ***e outros ativos*** para novos projetos do FTJ que promovam o emprego***, incluindo as energias renováveis,*** e que este processo deve ser supervisionado;

Or. en

Alteração 154
Dan Barna

Proposta de resolução
N.º 12

Proposta de resolução	*Alteração*

12. Frisa que os Estados-Membros devem dar prioridade ao acesso a terrenos e edifícios estatais para novos projetos do FTJ que promovam o emprego e que este processo deve ser supervisionado;	12. Frisa que os Estados-Membros devem dar prioridade ao acesso a terrenos e edifícios estatais para novos projetos do FTJ que promovam o emprego***, sempre que possível,*** e que este processo deve ser supervisionado;

Or. en

Alteração 155
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 12

Proposta de resolução	*Alteração*
12. Frisa que os Estados-Membros devem dar prioridade ao acesso a terrenos e edifícios estatais para novos projetos do FTJ que promovam o emprego e que este processo deve ser supervisionado;	12. Frisa que os Estados-Membros devem dar prioridade ao acesso a terrenos e edifícios estatais para novos projetos do FTJ que promovam o emprego e que este processo deve ser supervisionado ***e acompanhado***;

Or. en

Alteração 156
Şerban Dimitrie Sturdza
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 12

Proposta de resolução	*Alteração*
12. Frisa que os ***Estados-Membros devem dar prioridade ao acesso a terrenos e edifícios estatais para novos*** projetos do FTJ ***que promovam o emprego e que este processo deve*** ser ***supervisionado***;	12. Frisa que os projetos do FTJ ***devem*** ser ***coordenados e articulados com as estratégias e iniciativas locais e nacionais para aumentar o seu impacto***;

Or. en

Alteração 157
Isabelle Le Callennec

Proposta de resolução
N.º 12

Proposta de resolução	*Alteração*
12. Frisa que os Estados-Membros devem ***dar prioridade ao*** acesso a terrenos e edifícios estatais para novos projetos do FTJ que promovam o emprego e que este processo deve ser supervisionado;	12. Frisa que os Estados-Membros devem ***privilegiar o*** acesso a terrenos e edifícios estatais para novos projetos do FTJ que promovam o emprego e que este processo deve ser supervisionado;

Or. fr

Alteração 158
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 12

Proposta de resolução	*Alteração*
12. Frisa que os Estados-Membros devem ***dar prioridade ao acesso a terrenos e*** edifícios ***estatais*** para ***novos projetos do FTJ que promovam o emprego e que este processo deve ser supervisionado***;	12. Frisa que os Estados-Membros devem***, sempre que possível, recuperar, reabilitar e reconverter*** edifícios para ***projetos financiados no âmbito do FTJ;***

Or. en

Alteração 159
Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 12-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	12-A. Salienta que o financiamento público concedido através do FTJ, do FSE+, de outros programas de financiamento da UE e de regimes nacionais deve estar sujeito a

compromissos claros por parte das empresas no sentido de investirem na melhoria de competências e na requalificação dos trabalhadores; sublinha que fortes condicionalidades sociais associadas explicitamente à formação da mão de obra garantem que as medidas de transição não só protegem o emprego, mas também reforçam a empregabilidade dos trabalhadores a longo prazo; insta, por conseguinte, a Comissão e os Estados-Membros a integrarem sistematicamente os requisitos de investimento em competências em todos os instrumentos de financiamento pertinentes;

Or. en

Alteração 160
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 12-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	12-A. Observa com preocupação que, nos últimos anos, o financiamento nacional dos Estados-Membros para as suas regiões mais pobres diminuiu acentuadamente; recorda a importância do respeito pelo princípio da adicionalidade da UE; insta a Comissão a assegurar que as autoridades nacionais têm devidamente em conta a coesão interna aquando da elaboração e execução dos projetos dos Fundos Estruturais e de Investimento;

Or. en

Alteração 161
Gabriella Gerzsenyi

Proposta de resolução
N.º 13

Proposta de resolução	*Alteração*
13. ***Recorda*** que algumas regiões da UE ***estão*** a registar um êxodo contínuo de trabalhadores jovens e qualificados devido a mudanças demográficas e à migração, sendo as zonas rurais particularmente afetadas;	13. ***Lamenta*** que algumas regiões da UE ***estejam*** a registar um êxodo contínuo de trabalhadores jovens e qualificados devido a mudanças demográficas e à migração, sendo as zonas rurais particularmente afetadas; ***recorda que essa migração e despovoamento afetam gravemente a competitividade, o crescimento económico, a segurança alimentar, a produtividade e a sustentabilidade;***

Or. en

Alteração 162
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 13

Proposta de resolução	*Alteração*
13. Recorda que algumas regiões da UE estão a registar um êxodo contínuo de trabalhadores jovens e qualificados devido a mudanças demográficas e à migração, sendo as zonas rurais particularmente afetadas;	13. Recorda que algumas regiões da UE estão a registar um êxodo contínuo de trabalhadores jovens e qualificados devido a mudanças demográficas e à migração, sendo as zonas rurais particularmente afetadas; ***relembra a importância de fortes ligações entre as zonas rurais e urbanas, bem como de um apoio especial às mulheres nas zonas rurais;***

Or. en

Alteração 163
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução

N.º 13

Proposta de resolução	*Alteração*
13. Recorda que algumas regiões ***da UE*** estão a registar um êxodo contínuo de trabalhadores jovens e qualificados devido a mudanças demográficas e à migração, sendo as zonas rurais particularmente afetadas;	13. Recorda que algumas regiões estão a registar um êxodo contínuo de trabalhadores jovens e qualificados devido a mudanças demográficas e à migração ***dentro e fora da União Europeia***, sendo as zonas rurais***, zonas interiores e regiões ultraperiféricas*** particularmente afetadas;

Or. en

Alteração 164
Şerban Dimitrie Sturdza
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 13

Proposta de resolução	*Alteração*
13. Recorda que algumas regiões da UE estão a registar um êxodo contínuo de trabalhadores jovens e qualificados devido a mudanças demográficas e à migração, sendo as zonas rurais particularmente afetadas;	13. Recorda que algumas regiões da UE estão a registar um êxodo contínuo de trabalhadores jovens e qualificados devido a mudanças demográficas e à migração, sendo as zonas rurais particularmente afetadas; ***sublinha a importância estratégica da questão do «direito de permanência»;***

Or. en

Alteração 165
Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 13

Proposta de resolução	*Alteração*
13. Recorda que algumas regiões da UE estão a registar um êxodo contínuo de trabalhadores jovens e qualificados devido	13. Recorda que algumas regiões da UE estão a registar um êxodo contínuo de trabalhadores jovens e qualificados devido

a mudanças demográficas e à migração, sendo as zonas rurais particularmente afetadas;	a mudanças demográficas e à migração, sendo as zonas rurais***, ilhas e zonas remotas*** particularmente afetadas;

Or. en

Alteração 166
Dan Barna

Proposta de resolução
N.º 13

Proposta de resolução	*Alteração*
13. Recorda que algumas regiões da UE estão a registar um êxodo contínuo de trabalhadores jovens e qualificados devido a mudanças demográficas e à migração, sendo as zonas rurais particularmente afetadas;	13. Recorda que algumas regiões da UE ***com utilização intensiva de carbono*** estão a registar um êxodo contínuo de trabalhadores jovens e qualificados devido a mudanças demográficas e à migração, sendo as zonas rurais particularmente afetadas;

Or. en

Alteração 167
Daniel Buda

Proposta de resolução
N.º 13-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	13-A. Salienta que as regiões afetadas pela transição ecológica enfrentam uma escassez de competências e de mão de obra, ao passo que, em muitas partes da Europa, existe uma crise habitacional e uma sobrelotação nas zonas urbanas, e propõe a criação de um programa de habitação a preços acessíveis nessas regiões. Este programa deve atrair os jovens, contribuindo assim para a revitalização económica e social destas zonas;

Or. ro

Alteração 168
Dan-Ştefan Motreanu

Proposta de resolução
N.º 13-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	13-A. Salienta a urgência de integrar considerações demográficas nos futuros quadros orçamentais da UE; Apela à incorporação de indicadores demográficos, metas regionais e instrumentos políticos reativos para apoiar os territórios desproporcionadamente afetados pelo envelhecimento da população, pela emigração de jovens ou pelo declínio demográfico sustentado;

Or. en

Alteração 169
Isabelle Le Callennec

Proposta de resolução
N.º 14

Proposta de resolução	*Alteração*
14. Salienta a necessidade de a Comissão aprovar «acordos sociais» para os trabalhadores para o período 2025-2049;	***Suprimido***

Or. fr

Alteração 170
Elena Nevado del Campo, Susana Solís Pérez

Proposta de resolução

N.º 14

Proposta de resolução	*Alteração*
14. Salienta a necessidade de a Comissão aprovar «acordos sociais» para os trabalhadores para o período 2025-2049;	14. Salienta a necessidade de a Comissão aprovar «acordos sociais» para os trabalhadores para o período 2025-2049***, e inclui como critério adicional para a atribuição de fundos do FTJ o despovoamento sofrido pelos territórios que anteciparam o encerramento dos seus setores com utilização intensiva de carbono, como é o caso de Espanha, onde se verificou uma perda demográfica de até 50% em alguns municípios***;

Or. es

Alteração 171
Şerban Dimitrie Sturdza
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 14

Proposta de resolução	*Alteração*
14. Salienta a necessidade de a Comissão aprovar «acordos sociais» para os trabalhadores para o período 2025-2049;	14. Salienta a necessidade de a Comissão aprovar «acordos sociais» para os trabalhadores para o período 2025-2049; ***salienta que deve basear-se num diagnóstico sólido e em previsões económicas; insiste em que as propostas da Comissão a este respeito devem ter em conta as diferentes situações das regiões, as suas tradições económicas e especificidades;***

Or. en

Alteração 172
Ciaran Mullooly, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
N.º 14

Proposta de resolução	*Alteração*
14. Salienta a necessidade de a Comissão aprovar «acordos sociais» para os trabalhadores para o período 2025-2049;	14. Salienta a necessidade de a Comissão aprovar «acordos sociais» para os trabalhadores para o período 2025-2049 ***e incentiva a criação de associações de trabalhadores nas indústrias afetadas pela transição, permitindo que os antigos trabalhadores beneficiem diretamente da renovação económica regional***;

Or. en

Alteração 173
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 14

Proposta de resolução	*Alteração*
14. Salienta a necessidade de ***a Comissão aprovar*** «***acordos*** sociais» ***para os trabalhadores para o período 2025-2049***;	14. Salienta a necessidade de ***os*** «***contratos*** sociais» ***celebrados para os setores económicos em processo de transição justa e notificados à Comissão serem aprovados sem demora***;

Or. en

Alteração 174
Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 14-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	14-A. Apela à criação de um instrumento SURE 2.0 à escala da UE para salvaguardar o emprego e a capacidade industrial durante as rápidas transições económicas, tecnológicas e relacionadas com a energia; salienta que tal instrumento, com base na experiência

bem-sucedida do programa SURE inicial durante a COVID-19, asseguraria a manutenção dos postos de trabalho, a melhoria das competências da mão de obra e a transformação industrial estruturada, em particular em setores com elevado risco de perda de postos de trabalho; entende que, quando se perde capacidade industrial e competências de uma região, o seu regresso é extremamente difícil; salienta que o apoio financeiro através do SURE 2.0 deve depender de fortes proteções sociais, de um planeamento proativo da transição, da consulta dos trabalhadores e do investimento nas competências da mão de obra, evitando assim perdas de postos de trabalho socialmente onerosas e economicamente prejudiciais e protegendo as regiões desfavorecidas;

Or. en

Alteração 175
Elena Kountoura

Proposta de resolução
Subtítulo 4-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	Sublinha o papel fundamental que a política de coesão desempenha na concretização das prioridades políticas da UE e no fomento da economia da UE, contribuindo para uma transição e um desenvolvimento justos, inclusivos e sustentáveis, promovendo a convergência económica e social entre países e regiões e fomentando a inovação e o emprego; lamenta que, devido à flexibilidade limitada do atual QFP, a Comissão tenha recorrido à reorientação da política de coesão – que não é um instrumento de resposta a situações de crise, mas que tem sido repetidamente utilizado para compensar deficiências na flexibilidade

	orçamental ou nos mecanismos de resposta a situações de crise no QFP, em detrimento dos seus objetivos políticos a longo prazo; insta a Comissão e os Estados-Membros a acelerarem a execução da política de coesão;

Or. en

Alteração 176
André Rougé, Rody Tolassy, Klara Dostalova

Proposta de resolução
N.º 15

Proposta de resolução	*Alteração*
15. Aceita que a execução do processo do FTJ é da competência dos Estados-Membros, mas sublinha a necessidade de simplificação e de a Comissão atuar com maior urgência para notificar os Estados-Membros;	15. Aceita que a execução do processo do FTJ é da competência dos Estados-Membros, mas sublinha a necessidade de simplificação e de a Comissão atuar com maior urgência para notificar os Estados-Membros; ***salienta a necessidade de reforçar a sua autonomia na gestão dos fundos, nomeadamente aliviando os condicionalismos administrativos impostos pela Comissão e permitindo-lhes adaptar os critérios de seleção às realidades nacionais e regionais;***

Or. fr

Alteração 177
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 15

Proposta de resolução	*Alteração*
15. ***Aceita que*** a execução do processo do FTJ ***é*** da competência dos Estados-Membros, ***mas sublinha a necessidade de simplificação e de*** a	15. ***Salienta que, apesar de*** a execução do processo do FTJ ***ser*** da competência dos Estados-Membros, ***é crucial simplificar o acesso às candidaturas e alargar o âmbito***

Comissão ***atuar com maior urgência para notificar*** os Estados-Membros;	***do fundo, tornando-o o mais flexível para permitir que outras regiões igualmente afetadas beneficiem deste apoio; sublinha que*** a Comissão***, em colaboração com*** os Estados-Membros***, deve emitir orientações interpretativas sobre as questões de execução que suscitam maior incerteza***;

Or. en

Alteração 178
Ciaran Mullooly, Ľubica Karvašová, Raquel García Hermida-Van Der Walle

Proposta de resolução
N.º 15

Proposta de resolução	*Alteração*
15. Aceita que a execução do processo do FTJ é da competência dos Estados-Membros, mas sublinha a necessidade de simplificação e de a Comissão atuar com maior urgência para notificar os Estados-Membros;	15. Aceita que a execução do processo do FTJ é da competência dos Estados-Membros, mas ***apela ao reforço do papel das autoridades locais e regionais e dos intervenientes que se encontram no terreno no processo de tomada de decisões, assegurando que as estratégias de financiamento estejam alinhadas com as necessidades específicas das comunidades afetadas pela transição;*** sublinha a necessidade de simplificação e de a Comissão atuar com maior urgência para notificar os Estados-Membros;

Or. en

Alteração 179
Daniel Buda

Proposta de resolução
N.º 15

Proposta de resolução	*Alteração*
15. Aceita que a execução do processo do FTJ é da competência dos Estados-Membros, mas sublinha a	15. Aceita que a execução do processo do FTJ é da competência dos Estados-Membros, mas sublinha a

necessidade de simplificação e de a Comissão atuar com maior urgência para notificar os Estados-Membros;	necessidade de simplificação e de a Comissão atuar com maior urgência para notificar os Estados-Membros ***e assegurar uma melhor coordenação entre as autoridades nacionais e europeias, a fim de acelerar a atribuição de fundos e a execução eficiente das iniciativas do FTJ***;

Or. ro

Alteração 180
Gabriella Gerzsenyi

Proposta de resolução
N.º 15

Proposta de resolução	*Alteração*
15. Aceita que a execução do processo do FTJ é da competência dos Estados-Membros, mas sublinha a necessidade de simplificação e de a Comissão atuar com maior urgência para notificar os Estados-Membros;	15. Aceita que a execução do processo do FTJ é da competência dos Estados-Membros, mas sublinha a necessidade de simplificação e de a Comissão atuar com maior urgência para notificar os Estados-Membros; ***Insta os Estados-Membros a aplicarem uma abordagem coerente entre o FTJ e os investimentos ao abrigo de outros fundos estratégicos ligados à transição justa;***

Or. en

Alteração 181
Dan Barna

Proposta de resolução
N.º 15

Proposta de resolução	*Alteração*
15. ***Aceita*** que a execução do processo do FTJ é da competência dos Estados-Membros, ***mas*** sublinha a necessidade de simplificação e ***de*** a Comissão atuar com maior urgência para ***notificar*** os Estados-Membros;	15. ***Reconhece*** que a execução do processo do FTJ é da competência dos Estados-Membros, sublinha***, contudo,*** a necessidade de simplificação e ***insta*** a Comissão ***a*** atuar com maior urgência para ***cooperar com*** os Estados-Membros ***na***

procura de soluções adaptadas, no pleno respeito do princípio da subsidiariedade;

Or. en

Alteração 182
Dan-Ştefan Motreanu

Proposta de resolução
N.º 15-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	15-A. Insta a Comissão Europeia a racionalizar e alinhar os instrumentos financeiros no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) pós-2027, assegurando uma abordagem coerente e coordenada para apoiar as estratégias de transição justa; Salienta que fluxos de financiamento fragmentados prejudicam o impacto e a eficiência e, por conseguinte, apela a um quadro unificado e estratégico que permita sinergias entre todos os fundos pertinentes da UE;

Or. en

Alteração 183
Nora Mebarek, Sérgio Gonçalves, Rosa Serrano Sierra, Adrian-Dragoş Benea

Proposta de resolução
N.º 15-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	15-A. Exorta a Comissão a incentivar a criação sistemática de órgãos de consulta locais nos territórios que beneficiam do FTJ, a fim de assegurar a plena participação das autoridades locais, dos sindicatos, das empresas e da sociedade civil na governação, na seleção e no acompanhamento dos projetos financiados, assegurando assim a

legitimidade e a eficácia dos planos territoriais de transição justa;

Or. en

Alteração 184
Şerban Dimitrie Sturdza
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 15-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	15-A. Salienta que o FTJ deve ser suficientemente flexível para apoiar muitas iniciativas diferentes, em função das necessidades locais e regionais;

Or. en

Alteração 185
Nora Mebarek, Sérgio Gonçalves, Rosa Serrano Sierra, Adrian-Dragoş Benea

Proposta de resolução
N.º 15-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	15-B. Convida os Estados-Membros e as autoridades regionais a criarem «Conselhos Locais de Competências» ou organismos multilaterais semelhantes, tal como recomendado na comunicação sobre a União das Competências, incumbidos de diagnosticar as lacunas de competências locais, antecipar as necessidades de competências relacionadas com as transições ecológica e digital e prestar aconselhamento sobre investimentos específicos no âmbito do FTJ e do FSE+;

Or. en

Alteração 186
Rody Tolassy

Proposta de resolução
N.º 16

Proposta de resolução	*Alteração*
16. Considera que a Comissão deveria ter estabelecido parâmetros claros que permitissem a cada Estado-Membro envidar esforços para investir, por exemplo, na educação e na formação, e permitir investimentos de terceiros, a fim de preservar a cultura e as tradições das antigas regiões carboníferas e turfosas;	***Suprimido***

Or. fr

Alteração 187
Isabelle Le Callennec

Proposta de resolução
N.º 16

Proposta de resolução	*Alteração*
16. Considera que a Comissão deveria ter estabelecido parâmetros claros que permitissem a cada Estado-Membro envidar esforços para investir, por exemplo, na educação e na formação, e permitir investimentos de terceiros, a fim de preservar a cultura e as tradições das antigas regiões carboníferas e turfosas;	***Suprimido***

Or. fr

Alteração 188
Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 16

Proposta de resolução	*Alteração*
16. Considera que a Comissão deveria ter estabelecido parâmetros claros que permitissem a cada Estado-Membro envidar esforços para investir, por exemplo, na educação ***e*** na formação**, e** permitir investimentos de terceiros, a fim de preservar a cultura e as tradições das antigas regiões carboníferas e turfosas;	16. Considera que a Comissão deveria ter estabelecido parâmetros claros que permitissem a cada Estado-Membro envidar esforços para investir, por exemplo, na educação***,*** na formação***, na melhoria de competências e na requalificação dos trabalhadores para empregos alternativos, bem como para*** permitir investimentos de terceiros, a fim de preservar a cultura e as tradições das antigas regiões carboníferas e turfosas; ***incentiva o intercâmbio de conhecimentos e de boas práticas entre as regiões em processo de transição, promovendo a aprendizagem mútua, o reforço das capacidades e a aceleração do desenvolvimento sustentável;***

Or. en

Alteração 189
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 16

Proposta de resolução	*Alteração*
16. Considera que a Comissão deveria ter estabelecido parâmetros claros que permitissem a cada Estado-Membro envidar esforços para investir, por exemplo, na educação e na formação, ***e*** permitir investimentos de terceiros, a fim de preservar a cultura e as tradições das antigas regiões carboníferas e turfosas;	16. Considera que a Comissão deveria ter estabelecido parâmetros claros que permitissem a cada Estado-Membro envidar esforços para investir, por exemplo, na educação***, na melhoria de competências, na requalificação*** e na formação, ***bem como para*** permitir investimentos de terceiros, a fim de preservar a cultura e as tradições das antigas regiões carboníferas e turfosas; ***apela, além disso, à criação de sinergias com a iniciativa «Novo Bauhaus Europeu», a fim de ter em conta projetos que reconvertam instalações industriais antigas em espaços sociais e culturais,***

especialmente em zonas vizinhas negligenciadas;

Or. en

Alteração 190
Dan Barna

Proposta de resolução
N.º 16

Proposta de resolução	*Alteração*
16. Considera que a Comissão deveria ter estabelecido parâmetros claros que permitissem a cada Estado-Membro envidar esforços para investir, por exemplo, na educação e na formação, e permitir investimentos de terceiros, a fim de preservar a cultura e as tradições das antigas regiões carboníferas e turfosas;	16. Considera que a Comissão deveria ter estabelecido parâmetros claros que permitissem a cada Estado-Membro envidar esforços para investir, por exemplo, na educação e na formação, e permitir investimentos de terceiros, a fim de preservar a cultura e as tradições das antigas regiões carboníferas e turfosas***, bem como para limpar as zonas poluídas à volta dos locais de extração***;

Or. en

Alteração 191
Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
N.º 16-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	16-A. Reconhece o papel essencial do Banco Europeu de Investimento no apoio a uma transição justa; salienta a necessidade de continuar a reforçar a cooperação entre as instituições financeiras públicas e privadas para alavancar investimentos adicionais, assegurando que nenhuma região ou comunidade seja deixada para trás na transição para uma economia sustentável;

Or. en

Alteração 192
Dan-Ştefan Motreanu

Proposta de resolução
N.º 16-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	16-A. Salienta que uma abordagem territorial e de base local deve sustentar todos os instrumentos financeiros de apoio à transição justa, em particular os que promovem a resiliência industrial e a inovação; sublinha que tal abordagem é essencial para dar uma resposta eficaz aos diversos desafios regionais e libertar o potencial de desenvolvimento local;

Or. en

Alteração 193
Ciaran Mullooly, Ľubica Karvašová, Raquel García Hermida-Van Der Walle

Proposta de resolução
N.º 16-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	16-A. Salienta a necessidade de os planos para zonas em transição justa incluírem um compromisso claro no sentido de desenvolver iniciativas estratégicas de regeneração e desenvolvimento, com especial destaque para o desenvolvimento empresarial e a criação de emprego nas zonas mais afetadas pelo encerramento da produção de combustíveis fósseis;

Or. en

Alteração 194
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 16-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	16-A. Destaca a importância de centrar a atenção em ações como a reconversão de antigas instalações industriais e de minas em novos centros inovadores, ecológicos e interativos para a cultura e outras atividades multifuncionais;

Or. en

Alteração 195
Elena Nevado del Campo, Susana Solís Pérez

Proposta de resolução
N.º 16-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	16-A. Solicita que seja garantida uma maior liberdade de escolha na via da descarbonização a nível local, promovendo várias soluções, em consonância com uma perspetiva tecnológica, política e económica;

Or. es

Alteração 196
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 16-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	16-B. Considera que os investimentos de

impacto devem ser prioritários e orientados para projetos locais de infraestruturas verdes e de energias renováveis, centrados na melhoria da eficiência energética, incluindo a renovação, o desenvolvimento e a adaptação de edifícios eficientes do ponto de vista energético, infraestruturas locais de reciclagem e de gestão de resíduos, a expansão de instalações regionais e locais de energia solar, eólica e hidroelétrica, transportes sustentáveis que estimulem as economias locais e ofereçam um grande potencial para a criação de emprego local que não possa ser deslocalizado nos setores da construção, engenharia, manutenção e indústrias conexas;

Or. en

Alteração 197
Elena Nevado del Campo, Susana Solís Pérez

Proposta de resolução
N.º 16-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	16-B. Apela à criação de maiores sinergias entre os setores público e privado, a fim de abordar conjuntamente o processo de transição, facilitando assim a reconversão produtiva dos territórios em causa;

Or. es

Alteração 198
Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 17

Proposta de resolução	*Alteração*

17. Reconhece que existe um défice de financiamento para projetos de grande escala com uma abordagem da base para o topo; recomenda que o FTJ preencha estas lacunas quando se identificar uma necessidade;	17. Reconhece que existe um défice de financiamento para projetos de grande escala com uma abordagem da base para o topo; recomenda que o FTJ preencha estas lacunas quando se identificar uma necessidade; ***destaca a importância de prestar apoio técnico específico às regiões desde as fases iniciais, a fim de reforçar a sua capacidade de planeamento ascendente e ajudar os potenciais beneficiários na preparação de projetos de elevada qualidade e de grande impacto; apela à criação de um mecanismo de coordenação sólido para envolver ativamente as autoridades locais e regionais no desenvolvimento, na execução e na supervisão dos planos territoriais de transição justa; salienta a necessidade de refletir plenamente as especificidades territoriais e de garantir uma participação significativa das partes interessadas locais, incluindo a sociedade civil, os sindicatos, as instituições de ensino superior e as câmaras de comércio, no processo de tomada de decisões; apela ao desenvolvimento de uma estratégia clara e operacional para melhorar a absorção dos fundos pelas autoridades de gestão, combinando a assistência prática com o apoio aos investimentos de capital e incentivando a utilização de instrumentos práticos, como mecanismos de assistência técnica e a criação de balcões únicos regionais para racionalizar o acesso ao financiamento e melhorar a eficiência da execução;***
	Or. en

Alteração 199
Elena Nevado del Campo, Susana Solís Pérez

Proposta de resolução
N.º 17

Proposta de resolução	*Alteração*

17. Reconhece que existe um défice de financiamento para projetos de grande escala com uma abordagem da base para o topo; recomenda que o FTJ preencha estas lacunas ***quando se identificar uma necessidade***;	17. Reconhece que existe um défice de financiamento para projetos de grande escala com uma abordagem da base para o topo; recomenda que o FTJ preencha estas lacunas ***e que os recursos do FEDER e do FTJ deem prioridade específica ao investimento em infraestruturas básicas, serviços sociais, redes logísticas e conectividade, com o objetivo de viabilizar novos projetos empresariais nos municípios em transição***;

Or. es

Alteração 200
Ciaran Mullooly, Ľubica Karvašová, Raquel García Hermida-Van Der Walle

Proposta de resolução
N.º 17

Proposta de resolução	*Alteração*
17. Reconhece que existe um défice de financiamento para projetos de grande escala com uma abordagem da base para o topo; recomenda que ***o FTJ*** preencha estas lacunas quando se identificar uma necessidade;	17. Reconhece que existe um défice de financiamento para projetos de grande escala com uma abordagem da base para o topo; recomenda que ***a continuação do Fundo para uma Transição Justa*** preencha estas lacunas quando se identificar uma necessidade;

Or. en

Alteração 201
Şerban Dimitrie Sturdza
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 17

Proposta de resolução	*Alteração*
17. Reconhece que existe um défice de financiamento para projetos de grande escala com uma abordagem da base para o topo; recomenda que o FTJ preencha estas	17. Reconhece que existe um défice de financiamento para projetos de grande escala com uma abordagem da base para o topo; recomenda que o FTJ ***, ou outro***

lacunas quando se identificar uma necessidade;	***mecanismo futuro ,*** preencha estas lacunas quando se identificar uma necessidade;

Or. en

Alteração 202
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 17-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	17-A. Destaca o potencial de criação de emprego do planeamento ecológico democrático e participativo; sublinha que, para avançar com a transição ecológica e justa, as capacidades a todos os níveis, mas em especial das administrações locais e regionais, devem ser reforçadas e dotadas de recursos adequados, a fim de assegurar um planeamento ecológico participativo, avaliações de qualidade do impacto ambiental dos projetos, análises sólidas do princípio de «não prejudicar significativamente», a aplicação eficaz da legislação ambiental e climática e garantir a absorção dos fundos da UE, reduzindo simultaneamente o risco de anulação de autorizações no final dos períodos de financiamento;

Or. en

Alteração 203
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
N.º 17-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	17-A. Insta a Comissão e os Estados-Membros a criarem mecanismos

para assegurar a participação efetiva das autoridades locais no planeamento, na seleção e na execução dos projetos financiados pelo FTJ, para além da mera consulta pública, em conformidade com o princípio da governação a vários níveis consagrado no Regulamento (UE) 2021/1060; salienta que essa participação melhoraria o alinhamento dos projetos com as necessidades reais dos territórios;

Or. es

Alteração 204
Nora Mebarek, Sérgio Gonçalves, Rosa Serrano Sierra, Adrian-Dragoş Benea

Proposta de resolução
N.º 17-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	17-A. Destaca a importância de alinhar a política de coesão, incluindo o FTJ, com as estratégias regionais de inovação e as prioridades de especialização inteligente, a fim de reforçar a competitividade regional, assegurando que os investimentos na educação, na investigação, na inovação e na digitalização apoiem diretamente a diversificação económica e a resiliência das zonas em transição;

Or. en

Alteração 205
Dan-Ştefan Motreanu

Proposta de resolução
N.º 17-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	17-A. Salienta a importância de adaptar os mecanismos de financiamento da UE

para apoiar melhor as regiões que enfrentam os desafios mais significativos na consecução da transição ecológica; sublinha que o próximo QFP deve ter em conta os impactos assimétricos da descarbonização, que correm o risco de agravar as disparidades económicas e sociais existentes a nível infranacional;

Or. en

Alteração 206
André Rougé, Rody Tolassy, Klara Dostalova

Proposta de resolução
N.º 17-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	17-A. Recomenda que os Estados-Membros possam reafetar livremente parte dos fundos do FTJ a outras prioridades relacionadas com a transição justa, de acordo com as necessidades económicas e sociais específicas dos seus territórios, sem necessidade de aprovação prévia sistemática da Comissão;

Or. fr

Alteração 207
Ana Miranda Paz, Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 17-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	17-B. Sublinha que o FTJ deve desempenhar um papel decisivo na promoção da descarbonização e assegurar que os projetos que promovem alegações ecológicas enganosas sejam proibidos de

aceder a fundos da UE;

Or. en

Alteração 208
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 17-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	17-C. Frisa a necessidade de um maior envolvimento da sociedade civil no processo decisório, assim como da promoção de abordagens ascendentes para corresponder da melhor forma possível às necessidades locais e regionais; insta, por conseguinte, a Comissão a reforçar uma abordagem ascendente na próxima simplificação da política de coesão, assegurando uma consulta e participação adequadas dos órgãos de poder local e regional, das ONG e das PME;

Or. en

Alteração 209
Şerban Dimitrie Sturdza
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 18

Proposta de resolução	*Alteração*
18. Toma nota da falta de financiamento equivalente para os grupos do setor do voluntariado que se candidatam ao FTJ; propõe que seja concedido um pré-financiamento de 90 % para grupos considerados de baixo risco, assegurando assim que estes grupos	***Suprimido***

evitem taxas de juro elevadas para o financiamento complementar e intercalar;

Or. en

Alteração 210
Isabelle Le Callennec

Proposta de resolução
N.º 18

Proposta de resolução	*Alteração*
18. Toma nota da falta de financiamento equivalente para os grupos do setor do voluntariado que se candidatam ao FTJ; ***propõe que seja concedido um pré-financiamento de 90 % para grupos considerados de baixo risco, assegurando assim que estes grupos evitem taxas de juro elevadas para o financiamento complementar e intercalar;***	18. Toma nota da falta de financiamento equivalente para os grupos do setor do voluntariado que se candidatam ao FTJ;

Or. fr

Alteração 211
Ciaran Mullooly, Ľubica Karvašová, Raquel García Hermida-Van Der Walle

Proposta de resolução
N.º 18

Proposta de resolução	*Alteração*
18. Toma nota da falta de financiamento equivalente para os grupos do setor do voluntariado que se candidatam ao FTJ***; propõe que seja concedido um pré-financiamento de*** 90 % para grupos considerados de baixo risco, assegurando assim que estes grupos evitem taxas de juro elevadas para o financiamento complementar e intercalar;	18. Toma nota da falta de financiamento equivalente para os grupos do setor do voluntariado que se candidatam ao FTJ ***e apela a um mecanismo de financiamento simplificado, incluindo o pré-financiamento até*** 90 % para grupos considerados de baixo risco, assegurando assim que estes grupos evitem taxas de juro elevadas para o financiamento complementar e intercalar***, capacitando assim as organizações locais de voluntariado e comunitárias para a***

	execução eficaz de projetos relacionados com a transição;

Or. en

Alteração 212
Nora Mebarek, Sérgio Gonçalves, Adrian-Dragoş Benea

Proposta de resolução
N.º 18

Proposta de resolução	*Alteração*
18. Toma nota da falta de financiamento equivalente para os grupos do setor do voluntariado que se candidatam ao FTJ; ***propõe que seja concedido um pré-financiamento de 90 %*** para grupos considerados de baixo risco, assegurando assim que estes grupos evitem taxas de juro elevadas para o financiamento complementar e intercalar;	18. Toma nota da falta de financiamento equivalente para os grupos do setor do voluntariado que se candidatam ao FTJ; ***salienta a importância de conceder um pré-financiamento suficiente*** para grupos considerados de baixo risco, assegurando assim que estes grupos evitem taxas de juro elevadas para o financiamento complementar e intercalar;

Or. en

Alteração 213
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 18

Proposta de resolução	*Alteração*
18. Toma nota da falta de financiamento equivalente para os grupos do setor do voluntariado que se candidatam ao FTJ; propõe que seja concedido um pré-financiamento de 90 % para grupos considerados de baixo risco, assegurando assim que estes grupos evitem taxas de juro elevadas para o financiamento complementar e intercalar;	18. Toma nota da falta de financiamento equivalente para os grupos do setor do voluntariado que se candidatam ao FTJ; propõe que seja concedido um pré-financiamento de 90 % para grupos considerados de baixo risco, assegurando assim que estes grupos evitem taxas de juro ***e comissões*** elevadas para o financiamento complementar e intercalar;

Or. en

Alteração 214
Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 19

Proposta de resolução	*Alteração*
19. Salienta que as regras em matéria de auxílios estatais têm um impacto negativo nos grupos voluntários e sem fins lucrativos; preconiza que seja dada maior flexibilidade aos grupos voluntários considerados de baixo risco no cumprimento dos objetivos de emprego;	19. Salienta que as regras em matéria de auxílios estatais têm um impacto negativo nos grupos voluntários e sem fins lucrativos; preconiza que seja dada maior flexibilidade aos grupos voluntários considerados de baixo risco no cumprimento dos objetivos de emprego; ***sublinha o papel essencial das entidades da economia social no fornecimento de respostas concretas e de base comunitária às necessidades sociais dos cidadãos da UE e no apoio a soluções inclusivas e centradas nas pessoas para uma transição justa; insta a Comissão a rever e adaptar as regras em vigor em matéria de auxílios estatais, nomeadamente através de um ajustamento em alta dos limiares máximos dos auxílios estatais para atividades destinadas à reintegração no mercado de trabalho; salienta que esses ajustamentos são necessários para capacitar os intervenientes da economia social a contribuírem de forma significativa para os objetivos da UE em matéria de emprego e coesão, em particular nas regiões vulneráveis e em transição;***

Or. en

Alteração 215
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 19

Proposta de resolução	*Alteração*
19. Salienta que as regras em matéria de auxílios estatais ***têm um impacto negativo nos*** grupos voluntários e sem fins lucrativos***; preconiza que seja dada maior flexibilidade aos grupos voluntários considerados de baixo risco no cumprimento dos objetivos de emprego***;	19. Salienta que as regras em matéria de auxílios estatais ***podem ser flexibilizadas, em condições justificadas, para os*** grupos voluntários e sem fins lucrativos;

Or. en

Alteração 216
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 19

Proposta de resolução	*Alteração*
19. Salienta que as regras em matéria de auxílios estatais têm um impacto negativo nos grupos voluntários e sem fins lucrativos; preconiza que seja dada maior flexibilidade aos grupos voluntários considerados de baixo risco no cumprimento dos objetivos de emprego;	19. Salienta que as regras em matéria de auxílios estatais ***constituem um obstáculo e*** têm um impacto negativo nos grupos voluntários e sem fins lucrativos; preconiza que seja dada maior flexibilidade aos grupos voluntários considerados de baixo risco no cumprimento dos objetivos de emprego;

Or. en

Alteração 217
André Rougé, Rody Tolassy, Klara Dostalova

Proposta de resolução
N.º 20

Proposta de resolução	*Alteração*
20. Exorta a Comissão ***a trabalhar com*** os Estados-Membros ***para que possa haver maior coerência e clareza na interpretação da legislação da UE*** em matéria de auxílios estatais***, contanto que***	20. Exorta a Comissão ***a assegurar que*** os Estados-Membros ***disponham de maior flexibilidade na aplicação das regras*** em matéria de auxílios estatais ***aos projetos do FTJ, para que regras demasiado***

se apliquem a grupos comunitários e sem fins lucrativos;	***rigorosas não prejudiquem as iniciativas nacionais em prol de uma transição justa***;

Or. fr

Alteração 218
Nora Mebarek, Marcos Ros Sempere, Jonás Fernández

Proposta de resolução
N.º 20-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	20-A. Exorta a Comissão a trabalhar com os Estados-Membros para conseguir uma maior participação das autoridades locais e regionais na definição e execução de projetos ligados ao FTJ;

Or. en

Alteração 219
Isabelle Le Callennec

Proposta de resolução
N.º 21

Proposta de resolução	*Alteração*
21. Insta a Comissão a facilitar a criação de um regime comunitário ecológico que possibilite a participação local em projetos comunitários de energia verde e permita que os antigos trabalhadores e as suas famílias neles invistam ou participem; regista o êxito de iniciativas semelhantes;	***Suprimido***

Or. fr

Alteração 220
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
N.º 21

Proposta de resolução	*Alteração*
21. Insta a Comissão a facilitar a criação de um regime comunitário ecológico que possibilite a participação local em projetos comunitários de energia verde e permita que os antigos trabalhadores e as suas famílias neles invistam ou participem; regista o êxito de iniciativas semelhantes;	***Suprimido***

Or. es

Alteração 221
Şerban Dimitrie Sturdza
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 21

Proposta de resolução	*Alteração*
21. Insta a Comissão a facilitar a criação de um regime comunitário ecológico que possibilite a participação local em projetos comunitários de energia verde e permita que os antigos trabalhadores e as suas famílias neles invistam ou participem; regista o êxito de iniciativas semelhantes;	***Suprimido***

Or. en

Alteração 222
Ciaran Mullooly, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
N.º 21

Proposta de resolução	*Alteração*
21. Insta a Comissão a facilitar a	21. Insta a Comissão a facilitar a

criação de um regime comunitário ecológico que possibilite a participação local em projetos comunitários de energia verde e permita que os antigos trabalhadores e as suas famílias neles invistam ou participem; regista o êxito de iniciativas semelhantes;	criação de um regime comunitário ecológico que possibilite a participação local em projetos comunitários de energia verde e permita que os antigos trabalhadores e as suas famílias neles invistam ou participem; regista o êxito de iniciativas semelhantes; ***salienta a necessidade de desenvolver um modelo reforçado de benefícios para a comunidade, específico para a região em transição justa, a fim de proporcionar receitas adicionais e uma partilha de lucros provenientes da evolução das energias renováveis estatais e privadas durante um período mais longo, com maior flexibilidade na utilização dos fundos para incluir o desenvolvimento empresarial e a criação de emprego;***

Or. en

Alteração 223
Nora Mebarek, Sérgio Gonçalves, Adrian-Dragoş Benea

Proposta de resolução
N.º 21

Proposta de resolução	*Alteração*
21. Insta ***a Comissão a facilitar a criação de um regime comunitário ecológico que possibilite a participação local em projetos comunitários*** de energia ***verde*** e ***permita que os antigos trabalhadores e as suas famílias neles invistam ou participem; regista o êxito*** de iniciativas ***semelhantes***;	21. Insta ***os Estados-Membros e as autoridades de gestão a atribuírem uma parte dos recursos do FTJ ao apoio à inovação social e à economia social e solidária, nomeadamente através do financiamento de cooperativas*** de energia ***lideradas por cidadãos, de projetos participativos de*** e de iniciativas ***que promovam uma economia circular local, reforçando assim a ligação entre a transição ecológica e a inclusão social***;

Or. en

Alteração 224
André Rougé, Rody Tolassy, Klara Dostalova

Proposta de resolução
N.º 21

Proposta de resolução	*Alteração*
21. Insta a Comissão a facilitar a criação de um regime comunitário ecológico que possibilite a participação local em projetos comunitários de energia ***verde*** e permita que os antigos trabalhadores e as suas famílias neles invistam ou participem; regista o êxito de iniciativas semelhantes;	21. Insta a Comissão a facilitar a criação de um regime comunitário ecológico que possibilite a participação local em projetos comunitários de energia ***hipocarbónica*** e permita que os antigos trabalhadores e as suas famílias neles invistam ou participem; regista o êxito de iniciativas semelhantes;

Or. fr

Alteração 225
Valentina Palmisano, Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 21-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	21-A. Insta a Comissão a prever um plano de transição energética dedicado às famílias mais vulneráveis, a fim de evitar que corram o risco de incorrer nos elevados custos dos modelos energéticos sustentáveis durante o processo de transição;

Or. en

Alteração 226
Ciaran Mullooly, Ľubica Karvašová, Raquel García Hermida-Van Der Walle

Proposta de resolução
N.º 21-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	21-A. Exorta a Comissão Europeia a incentivar os Estados-Membros a

aplicarem plenamente as disposições da Diretiva (UE) 2019/994 relativas às comunidades de cidadãos para a energia;

Or. en

Alteração 227
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 22

Proposta de resolução	*Alteração*
22. Apela à Comissão para que facilite a criação de um sistema social de formação para os trabalhadores desempregados mais velhos que não conseguem reconverter-se e integrar novos postos de trabalho; releva que tal poderia colmatar o fosso entre o emprego e a reforma para alguns trabalhadores;	22. Apela à Comissão para que facilite a criação de um sistema social de formação para os trabalhadores desempregados mais velhos***, especialmente as mulheres e os desempregados de longa duração que têm dificuldades e*** que não conseguem reconverter-se e integrar novos postos de trabalho; releva que tal poderia colmatar o fosso entre o emprego e a reforma para alguns trabalhadores; ***considera que todas as iniciativas devem incluir um plano pormenorizado de requalificação e de melhoria das competências dos trabalhadores, proporcionando opções de emprego alternativas para as pessoas atualmente empregadas, favorecendo planos de rejuvenescimento do pessoal através da reforma parcial, bem como promovendo o diálogo social e a negociação coletiva no setor; salienta a necessidade de reforçar o papel das mulheres e de promover a integração das pessoas com deficiência;***

Or. en

Alteração 228
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução

N.º 22

Proposta de resolução	*Alteração*
22. Apela à Comissão para que facilite a criação de um sistema social de formação para os trabalhadores desempregados mais velhos que não conseguem reconverter-se e integrar novos postos de trabalho; releva que tal poderia colmatar o fosso entre o emprego e a reforma para alguns trabalhadores;	22. Apela à Comissão para que facilite a criação de um sistema social de formação para os trabalhadores desempregados mais velhos que não conseguem reconverter-se e integrar novos postos de trabalho***, assegurando-lhes apoio para lhes garantir um nível de vida digno***; releva que tal poderia colmatar o fosso entre o emprego e a reforma para alguns trabalhadores;

Or. en

Alteração 229
Nora Mebarek, Sérgio Gonçalves, Rosa Serrano Sierra, Adrian-Dragoş Benea

Proposta de resolução
N.º 22-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	22-A. Insta a Comissão a ponderar a criação, através do futuro FTJ, de um mecanismo temporário e reforçado de proteção social para os trabalhadores diretamente afetados pelas transições industrial e energética, incluindo medidas como um rendimento de transição, extensões específicas das prestações de desemprego e serviços específicos de apoio psicológico e social, a fim de evitar qualquer risco acrescido de precariedade nos territórios mais expostos do ponto de vista socioeconómico à transição para a neutralidade carbónica;

Or. en

Alteração 230
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 22-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	22-A. Recorda a importância, para uma transição ecológica socialmente justa, da economia e do setor da prestação de cuidados (como o acolhimento de crianças na primeira infância ou a prestação de cuidados prolongados), uma mão de obra dominada por mulheres em que a criação de emprego é indispensável para redistribuir o trabalho de prestação de cuidados não remunerado - uma condição prévia destinada a garantir que as mulheres têm as mesmas oportunidades de trabalho que os homens na transição -, bem como à luz das novas ameaças para a saúde relacionadas com as alterações climáticas e a poluição;

Or. en

Alteração 231
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
N.º 22-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	22-A. Insta a Comissão a ter em conta, na atribuição de fundos do FTJ entre os Estados-Membros, o critério do despovoamento cumulativo em resultado de processos de encerramento industrial precoce, como as centrais elétricas a carvão e outras indústrias emissoras, especialmente nos países que cumpriram precocemente os objetivos de redução das emissões;

Or. es

Alteração 232
Isabelle Le Callennec

Proposta de resolução
N.º 23

Proposta de resolução	*Alteração*
23. Defende a redução dos encargos administrativos do FTJ para as comunidades através da contratação de gestores ativos nas vilas e aldeias, que dariam apoio à preparação de candidaturas e propostas de financiamento;	***Suprimido***

Or. fr

Alteração 233
Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 23

Proposta de resolução	*Alteração*
23. Defende a redução dos encargos administrativos do FTJ para as comunidades através da contratação de gestores ativos nas vilas e aldeias, que dariam apoio à preparação de candidaturas e propostas de financiamento;	23. Defende a redução dos encargos administrativos do FTJ para as comunidades através da contratação de gestores ativos nas vilas e aldeias, que dariam apoio à preparação de candidaturas e propostas de financiamento; ***sublinha que as autoridades locais e regionais desempenham um papel central na garantia de uma conceção, execução e acompanhamento eficazes dos programas da UE, dada a sua proximidade com os cidadãos e a sua profunda compreensão das necessidades territoriais; solicita que as capacidades dos níveis local e regional e o apoio institucional do FTJ sejam reforçados de forma complementar, nomeadamente através de um financiamento adequado, acessível e atempado das ações e instituições pertinentes;***

Or. en

Alteração 234
Ciaran Mullooly, Ľubica Karvašová, Raquel García Hermida-Van Der Walle

Proposta de resolução
N.º 23

Proposta de resolução	*Alteração*
23. Defende a redução dos encargos administrativos do FTJ para as comunidades através da contratação de gestores ativos nas vilas e aldeias, que dariam apoio à preparação de candidaturas e propostas de financiamento;	23. Defende a redução dos encargos administrativos do FTJ para as comunidades através da contratação de gestores ativos nas vilas e aldeias, que dariam apoio à preparação de candidaturas e propostas de financiamento***, assegurando que estas regiões também tenham igual acesso aos fundos da UE, ajudando a colmatar as disparidades regionais***;

Or. en

Alteração 235
Dan Barna

Proposta de resolução
N.º 23

Proposta de resolução	*Alteração*
23. Defende a redução dos encargos administrativos do FTJ para as comunidades ***através da contratação de gestores ativos nas vilas e aldeias***, que dariam apoio à preparação de candidaturas e propostas de financiamento;	23. Defende a redução dos encargos administrativos do FTJ para as comunidades, ***assegurando a elegibilidade de consultores ativos em projetos***, que dariam apoio à preparação de candidaturas e propostas de financiamento***, bem como à gestão dos projetos depois de selecionados***;

Or. en

Alteração 236
Gabriella Gerzsenyi

Proposta de resolução
N.º 23

Proposta de resolução	*Alteração*
23. Defende a redução dos encargos administrativos do FTJ para as comunidades através da contratação de gestores ativos nas vilas e aldeias, que dariam apoio à preparação de candidaturas e propostas de financiamento;	23. Defende a redução dos encargos administrativos do FTJ para as comunidades através da contratação de gestores ativos nas vilas e aldeias, que dariam apoio à preparação de candidaturas e propostas de financiamento***, desenvolvendo um balcão único e plataformas digitais adequadas***;

Or. en

Alteração 237
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 23

Proposta de resolução	*Alteração*
23. Defende a redução dos encargos administrativos do FTJ para as comunidades através da ***contratação de gestores ativos nas vilas e aldeias, que dariam apoio à preparação de*** candidaturas ***e propostas de financiamento***;	23. Defende a redução dos encargos administrativos do FTJ para as comunidades através da ***criação de equipas especializadas para o tratamento das*** candidaturas***;***

Or. en

Alteração 238
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 23

Proposta de resolução	*Alteração*
23. Defende a redução dos encargos	23. Defende a redução dos encargos

administrativos do FTJ para as comunidades através da contratação de gestores ativos nas vilas e aldeias, que dariam apoio ***à*** preparação de candidaturas e propostas de financiamento;	administrativos do FTJ para as comunidades através da contratação de gestores ativos nas vilas e aldeias, que dariam apoio ***e assistência na*** preparação de candidaturas e propostas de financiamento;

Or. en

Alteração 239
Nora Mebarek, Sérgio Gonçalves, Rosa Serrano Sierra, Adrian-Dragoş Benea

Proposta de resolução
N.º 23

Proposta de resolução	*Alteração*
23. ***Defende a redução dos encargos administrativos do FTJ para as comunidades através da contratação de gestores ativos nas vilas e aldeias, que dariam apoio à preparação de candidaturas e*** propostas ***de financiamento***;	23. ***Insta a Comissão a apresentar, durante a revisão intercalar dos programas apoiados pelos FEI,*** propostas ***legislativas para facilitar a utilização do FTJ por todas as partes interessadas***;

Or. en

Alteração 240
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 23-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	23-A. Solicita que as autoridades locais e regionais, bem como os cidadãos e as ONG, sejam mais incluídos no processo de tomada de decisões e de financiamento, a fim de assegurar que as necessidades são devidamente atendidas; observa que o potencial existente a nível local poderia ser mais bem mobilizado e que os investimentos no desenvolvimento

regional poderiam ser mais eficientes, através do reforço e da facilitação da participação dos cidadãos e do desenvolvimento local de base comunitária (DLBC) e de instrumentos ascendentes semelhantes;

Or. en

Alteração 241
André Rougé, Rody Tolassy, Klara Dostalova

Proposta de resolução
N.º 23-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	23-A. Apela a um aumento da assistência técnica às comunidades das RUP e dos PTU para a gestão e a execução dos fundos, incluindo a criação de balcões únicos dedicados a apoiar projetos locais relacionados com a transição justa;

Or. fr

Alteração 242
Isabelle Le Callennec

Proposta de resolução
N.º 24

Proposta de resolução	*Alteração*
24. Solicita que o FTJ valorize o património das comunidades afetadas e dê formação a guias do património; apoia a criação de centros de visitantes que destaquem a história local;	***Suprimido***

Or. fr

Alteração 243
Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 24

Proposta de resolução	*Alteração*
24. Solicita que o FTJ ***valorize o*** património das comunidades afetadas ***e dê*** formação ***a*** guias do património; apoia a criação de centros de visitantes ***que destaquem*** a história local;	24. Solicita que o FTJ ***apoie a preservação e a valorização do*** património ***cultural e industrial*** das comunidades afetadas***, reconhecendo-o como uma componente vital da identidade regional, da coesão social e do desenvolvimento sustentável do turismo; incentiva a criação de programas de*** formação ***específicos para*** guias do património***, a fim de promover o emprego local e a continuidade cultural***; apoia a criação de centros de visitantes ***e de espaços interpretativos que deem a conhecer*** a história local***, as tradições e o percurso de transformação destas regiões, reforçando assim a identidade local e atraindo o turismo cultural e educativo***;

Or. en

Alteração 244
Ciaran Mullooly, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
N.º 24

Proposta de resolução	*Alteração*
24. Solicita que o FTJ valorize o património das comunidades afetadas ***e dê*** formação ***a*** guias do património***; apoia a*** criação de centros de visitantes que destaquem a história local;	24. Solicita que o FTJ valorize o património das comunidades afetadas***, apoiando o desenvolvimento sustentável do turismo, incluindo*** formação ***para*** guias do património ***e apoio à*** criação de centros de visitantes que destaquem a história local***, criando assim emprego local e preservando a identidade cultural***;

Or. en

Alteração 245
Rody Tolassy

Proposta de resolução
N.º 24

Proposta de resolução	*Alteração*
24. Solicita que o FTJ valorize o património das comunidades afetadas e dê formação a guias do património; apoia a criação de centros de visitantes que destaquem a história local;	24. Solicita que o FTJ valorize o património das comunidades afetadas ***através da recuperação de zonas industriais (antigos engenhos de açúcar nas RUP)*** e dê formação a guias do património; apoia a criação de centros de visitantes ***modernos e digitais*** que destaquem a história local;

Or. fr

Alteração 246
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 24

Proposta de resolução	*Alteração*
24. Solicita que o FTJ valorize o património das comunidades afetadas e dê formação a guias do património; apoia a criação de centros de visitantes que destaquem a história local;	24. Solicita que o FTJ valorize o património das comunidades afetadas e dê formação a guias do património; apoia a criação de centros de visitantes que destaquem a história ***e a tradição*** local;

Or. en

Alteração 247
Nora Mebarek, Sérgio Gonçalves, Rosa Serrano Sierra, Adrian-Dragoş Benea

Proposta de resolução
N.º 24

Proposta de resolução	*Alteração*

24. Solicita que o FTJ ***valorize*** o património das comunidades afetadas e dê formação a guias do património; apoia a criação de centros de visitantes que destaquem a história local;	24. Solicita que o FTJ ***enalteça*** o património das comunidades afetadas e dê formação a guias do património; apoia a criação de centros de visitantes que destaquem a história local;

Or. en

Alteração 248
Isabelle Le Callennec

Proposta de resolução
N.º 25

Proposta de resolução	*Alteração*
25. Considera que as mudanças no panorama geopolítico, juntamente com outros fatores, estão a provocar alterações substanciais no funcionamento da economia da UE; insta, por conseguinte, a Comissão a rever os calendários de encerramento dos principais intervenientes no setor da energia na UE;	***Suprimido***

Or. fr

Alteração 249
Ciaran Mullooly, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
N.º 25

Proposta de resolução	*Alteração*
25. Considera que as mudanças no panorama geopolítico, juntamente com outros fatores, estão a provocar alterações substanciais no funcionamento da economia da UE; insta, por conseguinte, a Comissão a rever os calendários de encerramento dos principais intervenientes no setor da energia na UE;	25. Considera que as mudanças no panorama geopolítico, juntamente com outros fatores, estão a provocar alterações substanciais no funcionamento da economia da UE; insta, por conseguinte, a Comissão a rever os calendários de encerramento dos principais intervenientes no setor da energia na UE ***e a associar os encerramentos à criação comprovada de empregos alternativos, garantindo a***

«justiça antes da transição»;

Or. en

Alteração 250
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
N.º 25

Proposta de resolução	*Alteração*
25. Considera que as mudanças no panorama geopolítico, juntamente com outros fatores, estão a provocar alterações substanciais no funcionamento da economia da UE; insta, por conseguinte, a Comissão a ***rever*** os calendários de encerramento dos principais intervenientes no setor da energia na UE;	25. Considera que as mudanças no panorama geopolítico, juntamente com outros fatores, estão a provocar alterações substanciais no funcionamento da economia da UE; insta, por conseguinte, a Comissão ***e os Estados-Membros*** a ***reverem*** os calendários de encerramento dos principais intervenientes no setor da energia na UE***, e, em particular, a congelarem o encerramento operacional das centrais nucleares***;

Or. es

Alteração 251
Şerban Dimitrie Sturdza
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 25

Proposta de resolução	*Alteração*
25. Considera que as mudanças no panorama geopolítico, juntamente com outros fatores, estão a provocar alterações substanciais no funcionamento da economia da UE; insta, por conseguinte, a Comissão a rever os calendários de encerramento dos principais intervenientes no setor da energia na UE;	25. Considera que as mudanças no panorama geopolítico, juntamente com outros fatores, estão a provocar alterações substanciais no funcionamento da economia da UE; insta, por conseguinte, a Comissão a rever os calendários de encerramento dos principais intervenientes no setor da energia na UE***, bem como a rever em geral as atividades previstas no âmbito da transição ecológica***;

Or. en

Alteração 252
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 25

Proposta de resolução	*Alteração*
25. Considera que as mudanças no panorama geopolítico, juntamente com outros fatores, estão a provocar alterações substanciais no funcionamento da economia da UE; insta, por conseguinte, a Comissão a ***rever*** os calendários de encerramento dos principais intervenientes no setor da energia na UE;	25. Considera que as mudanças no panorama geopolítico, juntamente com outros fatores, estão a provocar alterações substanciais no funcionamento da economia da UE; insta, por conseguinte, a Comissão a ***reconsiderar*** os calendários de encerramento dos principais intervenientes no setor da energia na UE;

Or. en

Alteração 253
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 25

Proposta de resolução	*Alteração*
25. Considera que as mudanças no panorama geopolítico, juntamente com outros fatores, estão a provocar alterações substanciais no funcionamento da economia da UE; insta, por conseguinte, a Comissão a ***rever os calendários de encerramento dos principais intervenientes no setor da energia na UE***;	25. Considera que as mudanças no panorama geopolítico, juntamente com outros fatores, estão a provocar alterações substanciais no funcionamento da economia da UE; insta, por conseguinte, a Comissão a ***reforçar os investimentos em energias verdes, sustentáveis e renováveis***;

Or. en

Alteração 254
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
N.º 25-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	25-A. Recorda que a Comissão Europeia inclui a energia nuclear nas tecnologias de impacto zero e que, por conseguinte, esta seria incluída na categoria da energia verde; considera que o apoio à criação e à manutenção operacional das centrais nucleares contribui para os objetivos de neutralidade climática e de autonomia estratégica, reduzindo a dependência de combustíveis fósseis e de fontes externas; considera que o investimento na energia nuclear contribuiria para travar a perda de postos de trabalho, reduzir a pobreza energética e promover o crescimento económico nas zonas afetadas por esta transição;

Or. es

Alteração 255
Elena Nevado del Campo

Proposta de resolução
N.º 25-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	25-B. Solicita a revisão do artigo 9.º do Regulamento (UE) 2021/1056, a fim de facilitar o financiamento disponível a partir deste fundo para o desenvolvimento e o funcionamento de centrais nucleares em regiões em transição;

Or. es

Alteração 256
Isabelle Le Callennec

Proposta de resolução
N.º 26

Proposta de resolução	*Alteração*
26. Exorta a Comissão a incentivar os Estados-Membros a aplicarem as disposições da Diretiva (UE) 2019/994 relativas às comunidades de cidadãos para a energia;	***Suprimido***

Or. fr

Alteração 257
Valentina Palmisano, Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 26

Proposta de resolução	*Alteração*
26. Exorta a Comissão a incentivar os Estados-Membros a aplicarem as disposições da Diretiva (UE) 2019/994 relativas às comunidades de cidadãos para a energia;	26. Exorta a Comissão a incentivar os Estados-Membros a aplicarem as disposições da Diretiva (UE) 2019/994 relativas às comunidades de cidadãos para a energia***, prevendo medidas específicas para proteger as famílias vulneráveis da pobreza energética nas regiões do FTJ, através da promoção de modelos energéticos comunitários de baixo custo***;

Or. en

Alteração 258
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 26-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	26-A. Insta a Comissão a apresentar uma proposta de diretiva relativa a uma transição justa no mundo do trabalho,

que garanta uma informação e consulta atempadas e eficazes dos trabalhadores e dos sindicatos sobre os planos e estratégias das empresas com impacto nos locais de trabalho no contexto de uma transição justa, a fim de salvaguardar o emprego e as condições de trabalho, evitar despedimentos e reforçar a democracia no trabalho no que se refere a medidas relacionadas com as alterações climáticas, a transformação digital, as reestruturações, bem como a antecipação e gestão da mudança;

Or. en

Alteração 259
Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 26-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	26-A. Apela à aplicação uniforme e coerente dos princípios da transição justa em todos os fundos da UE no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) pós-2027; salienta a importância de integrar condicionalidades sociais e ambientais claras para assegurar que todas as ações financiadas pela UE contribuam significativamente para uma transição justa, inclusiva e sustentável, reforçando simultaneamente a coesão territorial e evitando que as regiões e comunidades vulneráveis sejam deixadas para trás;

Or. en

Alteração 260
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 26-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	26-B. Frisa a importância dos Estados-Membros na promoção do diálogo social setorial e da negociação coletiva, especialmente nas novas indústrias verdes emergentes, bem como na garantia da inclusão das pequenas e médias empresas, que deve abranger as empresas da economia social; sublinha que a Diretiva relativa a salários mínimos representa uma excelente oportunidade para reforçar a negociação coletiva sobre a fixação de salários e a presença de parceiros sociais em setores emergentes;

Or. en

Alteração 261
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 26-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	26-C. Reitera o seu apelo para que os projetos e os beneficiários de financiamento da UE, incluindo de auxílios estatais, sejam obrigados a assegurar a coerência com os objetivos de política pública, em particular com os requisitos sociais e ambientais, e a respeitar todas as obrigações legais; insta os Estados-Membros a assegurarem que só seja concedido apoio financeiro público às empresas desde que o financiamento seja utilizado em benefício dos trabalhadores e as empresas beneficiárias não paguem prémios à direção, não paguem dividendos nem proponham programas de recompra de ações enquanto receberem os fundos;

Or. en

Alteração 262
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 26-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	26-D. Sublinha que as autoridades públicas devem dar o exemplo e definir critérios sociais rigorosos relativamente à contratação pública; convida a Comissão a ponderar rever a Diretiva relativa aos contratos públicos, no intuito de reforçar a cláusula social e garantir que as empresas beneficiárias e os subcontratantes respeitem os direitos dos trabalhadores e apoiem a negociação coletiva, o emprego e a aprendizagem de elevada qualidade, salários dignos e iguais e a formação;

Or. en

Alteração 263
Isabelle Le Callennec

Proposta de resolução
N.º 27

Proposta de resolução	*Alteração*
27. Insta a Comissão a propor um novo fundo, o FTJ II, para o período de programação pós-2027, garantindo que este funcione de acordo com os princípios da gestão partilhada e da parceria; salienta que este fundo deverá dispor de mais recursos financeiros do que o atual FTJ;	***Suprimido***

Or. fr

Alteração 264
Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 27

Proposta de resolução	*Alteração*
27. Insta a Comissão a propor um novo fundo, o FTJ II, para o período de programação pós-2027, garantindo que este funcione ***de acordo com os princípios da*** gestão partilhada e da parceria; salienta que este fundo deverá dispor de ***mais*** recursos financeiros do que o atual FTJ;	27. Insta a Comissão a propor um novo fundo, o FTJ II, para o período de programação pós-2027, ***permitindo às regiões e às pessoas fazer face aos impactos sociais, laborais, demográficos, económicos e ambientais da transição para as metas energéticas da União para 2030 e para uma economia da União com impacto neutro no clima até 2050, e*** garantindo que este funcione ***em regime de*** gestão partilhada e ***dependa do cumprimento satisfatório dos princípios*** da parceria; salienta que este fundo deverá dispor de recursos financeiros ***substancialmente mais elevados*** do que o atual FTJ;

Or. en

Alteração 265
Şerban Dimitrie Sturdza
em nome do Grupo ECR

Proposta de resolução
N.º 27

Proposta de resolução	*Alteração*
27. Insta a Comissão a propor um novo fundo, o FTJ II, para o período de programação pós-2027, garantindo que este funcione de acordo com os princípios da gestão partilhada e da parceria; salienta que este fundo deverá dispor de mais recursos financeiros do que o atual FTJ;	27. Insta a Comissão a propor um novo fundo, o FTJ II, para o período de programação pós-2027, garantindo que este funcione de acordo com os princípios da gestão partilhada e da parceria; salienta que este fundo deverá dispor de mais recursos financeiros do que o atual FTJ; ***sugere que também sejam considerados outros mecanismos adicionais e programas de***

ação rápida para o futuro, a fim de apoiar e complementar o FTJ;

Or. en

Alteração 266
Nora Mebarek, Sérgio Gonçalves, Rosa Serrano Sierra, Adrian-Dragoş Benea

Proposta de resolução
N.º 27

Proposta de resolução	*Alteração*
27. Insta a Comissão a propor um novo fundo, o FTJ II, para o período de programação pós-2027, garantindo que este funcione de acordo com os princípios da gestão partilhada e da parceria; salienta que este fundo deverá dispor de mais recursos financeiros do que o atual FTJ;	27. Insta a Comissão a propor um novo fundo, o FTJ II, para o período de programação pós-2027, garantindo que este funcione de acordo com os princípios da gestão partilhada e da parceria; salienta que este fundo deverá dispor de mais recursos financeiros do que o atual FTJ***, a fim de garantir uma capacidade de intervenção proporcional à dimensão dos desafios socioeconómicos associados às transições climáticas***;

Or. en

Alteração 267
Ciaran Mullooly, Ľubica Karvašová

Proposta de resolução
N.º 27

Proposta de resolução	*Alteração*
27. Insta a Comissão a propor um novo fundo, o FTJ II, para o período de programação pós-2027, garantindo que este funcione de acordo com os princípios da gestão partilhada e da parceria; salienta que este fundo deverá dispor de mais recursos financeiros do que o atual FTJ;	27. Insta a Comissão a propor um novo fundo, o FTJ II, para o período de programação pós-2027, garantindo que este funcione de acordo com os princípios da gestão partilhada e da parceria***, prestando apoio direto às famílias e às comunidades na transição e assegurando que esta transição seja verdadeiramente justa***; salienta que este fundo deverá dispor de mais recursos financeiros do que o atual

FTJ;

Or. en

Alteração 268
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 27

Proposta de resolução	*Alteração*
27. Insta a Comissão a propor um novo fundo, o FTJ ***II***, para o período de programação pós-2027, garantindo que este funcione de acordo com os princípios da gestão partilhada e da parceria; salienta que este fundo deverá dispor ***de mais recursos financeiros do que o atual FTJ;***	27. Insta a Comissão a propor um novo fundo, o FTJ ***«II»***, para o período de programação pós-2027, garantindo que este funcione de acordo com os princípios da gestão partilhada e da parceria; salienta que este fundo deverá dispor ***da sua própria dotação orçamental previsível, garantindo a sua autonomia em relação aos instrumentos extraordinários de resposta a crises, como o Next Generation EU.***

Or. en

Alteração 269
Elena Nevado del Campo, Susana Solís Pérez

Proposta de resolução
N.º 27

Proposta de resolução	*Alteração*
27. Insta a Comissão a ***propor um novo fundo, o FTJ II,*** para o período de programação pós-2027, garantindo que este funcione de acordo com os princípios da gestão partilhada e da parceria; salienta que este fundo deverá dispor de mais recursos financeiros do que o atual FTJ;	27. Insta a Comissão a ***manter a transição justa como um processo no quadro da política de coesão*** para o período de programação pós-2027, garantindo que este funcione de acordo com os princípios ***da governação a vários níveis,*** da gestão partilhada e da parceria; salienta que este fundo deverá dispor de mais recursos financeiros do que o atual FTJ;

Or. es

Alteração 270
Gordan Bosanac
em nome do Grupo Verts/ALE

Proposta de resolução
N.º 27

Proposta de resolução	*Alteração*
27. Insta a Comissão a propor um novo fundo, o FTJ II, para o período de programação pós-2027, garantindo que este funcione ***de acordo com os princípios da*** gestão partilhada e da parceria; salienta que este fundo deverá dispor de mais recursos financeiros do que o atual FTJ;	27. Insta a Comissão a propor um novo fundo, o FTJ II, para o período de programação pós-2027, garantindo que este funcione ***em regime de*** gestão partilhada e ***dependa do cumprimento satisfatório dos princípios*** da parceria; salienta que este fundo deverá dispor de mais recursos financeiros do que o atual FTJ;

Or. en

Alteração 271
Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 27-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	27-A. Salienta a importância de manter o objetivo estratégico de dar prioridade ao apoio às regiões mais negativamente afetadas pela transição para uma economia com impacto neutro no clima, em particular com base nos impactos económicos e sociais decorrentes da eliminação progressiva das indústrias com utilização intensiva de carbono; reafirma que o FTJ deve continuar a centrar-se principalmente nos territórios em processo de abandono do carvão, da lenhite, da turfa e do xisto betuminoso, que continuam a enfrentar desafios estruturais desproporcionados e vulnerabilidades socioeconómicas; apela a uma distribuição mais equitativa do

financiamento que reflita as realidades no terreno, ajustando os critérios de atribuição ao nível NUTS 3, em particular utilizando o PIB per capita, em vez de se basear apenas em dados do nível NUTS 2 mais amplos, como acontece atualmente no âmbito da política de coesão geral; salienta que muitas sub-regiões dependentes do carvão apresentam um PIB per capita significativamente inferior em comparação com as suas regiões NUTS 2 mais amplas, pelo que merecem um maior apoio financeiro e requisitos de cofinanciamento nacional mais baixos ao abrigo do FTJ; sublinha que uma abordagem tão refinada e sensível do ponto de vista territorial é essencial para assegurar uma transição justa, equitativa e direcionada;

Or. en

Alteração 272
Dan-Ştefan Motreanu

Proposta de resolução
N.º 27-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	27-A. Reafirma que a política de coesão deve permanecer firmemente ancorada nos seus princípios fundamentais, tal como estabelecido nos artigos 174.º a 176.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, com uma ênfase contínua na promoção de um desenvolvimento territorial equilibrado e inclusivo; insiste em que os futuros esforços de coesão prestem especial atenção às zonas rurais, às regiões em desindustrialização e às regiões com desvantagens estruturais, incluindo as ilhas, as zonas fronteiriças e os territórios montanhosos;

Or. en

Alteração 273
André Rougé, Rody Tolassy, Klara Dostalova

Proposta de resolução
N.º 27-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	27-A. Solicita que o futuro FTJ II seja concebido em estreita consulta com os Estados-Membros, a fim de assegurar uma gestão mais descentralizada dos fundos e uma melhor adaptação às especificidades locais, preservando simultaneamente os princípios da gestão partilhada;

Or. fr

Alteração 274
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 27-A (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	27-A. Salienta que o FTJ «II» deve centrar-se na conciliação do desenvolvimento sustentável com a competitividade, assegurando que as regiões em transição possam prosperar economicamente sem comprometer os seus objetivos ambientais e sociais.

Or. en

Alteração 275
Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 27-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	27-B. Salienta que o turismo sustentável pode ser um instrumento poderoso para combater o declínio económico e o desemprego nas regiões afetadas; sublinha que a política de coesão deve apoiar estratégias de turismo sustentável como parte da transição justa, fomentando a resiliência, a inovação e a transformação ecológica, promovendo simultaneamente o crescimento inclusivo, criando novos postos de trabalho e preservando o património cultural e natural local; destaca a necessidade de mais investimentos em dados fiáveis, ferramentas e técnicas inteligentes que possam melhorar a experiência dos clientes e promover a transição para um ecossistema turístico mais digital e sustentável, nomeadamente melhorando a gestão dos destinos em benefício das sociedades e economias locais e dos turistas, ajudando a direcionar os fluxos turísticos para as regiões menos desenvolvidas e ao longo das estações do ano e melhorando a preparação, a gestão e a resposta a crises, como pandemias, condições meteorológicas extremas e outras catástrofes naturais;

Or. en

Alteração 276
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 27-B (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	27-B. Sublinha que o FTJ «II» poderia alargar o seu âmbito de aplicação, em consonância com as propostas dos Estados-Membros, assegurando que mais territórios afetados pelos processos de transição possam beneficiar dele, ao

mesmo tempo que flexibiliza, tal como solicitado pelos Estados-Membros, as regras relativas à afetação de fundos;

Or. en

Alteração 277
Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 27-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	27-C. Salienta que os transportes são um dos principais setores económicos que contribuem substancialmente para as emissões de gases com efeito de estufa; sublinha que a política de transportes da UE é essencial para o desenvolvimento económico, social e ambiental da Europa e para a sua sustentabilidade; solicita veementemente, por conseguinte, que a política de transportes da UE receba financiamento adequado e suficiente para desenvolver modos de transporte sustentáveis e garantir postos de trabalho nos setores dos transportes afetados pela transição ecológica, incluindo zonas geográficas remotas, como as ilhas e as regiões insulares; salienta que a política de coesão deve desempenhar um papel central neste processo, apoiando o acesso equitativo a soluções de mobilidade sustentável em todas as regiões, reduzindo as disparidades territoriais e assegurando que nenhuma região fique para trás na transição para um sistema de transportes mais ecológico;

Or. en

Alteração 278
Paulo Do Nascimento Cabral

Proposta de resolução
N.º 27-C (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	27-C. Salienta que o FTJ «II» deve adotar uma abordagem proativa, tentando antecipar também os processos transformadores, que se pode razoavelmente esperar que ocorram num futuro previsível;

Or. en

Alteração 279
Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 27-D (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	27-D. Insta a Comissão a prestar especial atenção às ilhas e às regiões ultraperiféricas, a fim de apoiar a resposta aos seus graves desafios socioeconómicos decorrentes do processo de transição para as metas da UE para 2030 em matéria de energia e clima e para uma economia com impacto neutro no clima na UE até 2050; exorta ainda a Comissão a trabalhar com os Estados-Membros para afetar montantes específicos das suas dotações nacionais no âmbito dos seus planos territoriais de transição justa; solicita medidas concretas que compensem as consequências negativas para a coesão económica, social e territorial das ilhas, decorrentes do processo de transição para uma economia e uma sociedade mais limpas e que possam surgir devido à sua dependência dos setores da aviação e marítimo, pelo que solicita que as ilhas sejam consideradas uma prioridade no desenvolvimento de infraestruturas destinadas a descarbonizar os transportes

aéreos e marítimos;

Or. en

Alteração 280
Elena Kountoura

Proposta de resolução
N.º 27-E (novo)

Proposta de resolução	*Alteração*
	27-E. Solicita que sejam envidados esforços no sentido de assegurar uma maior coerência e coordenação entre a política de coesão e outras políticas da UE, a fim de melhorar a integração dos aspetos climáticos nas políticas, formular políticas mais eficazes de redução da poluição na fonte, proporcionar financiamento da UE direcionado e, consequentemente, melhorar a aplicação, no terreno, das políticas em matéria de clima;

Or. en